

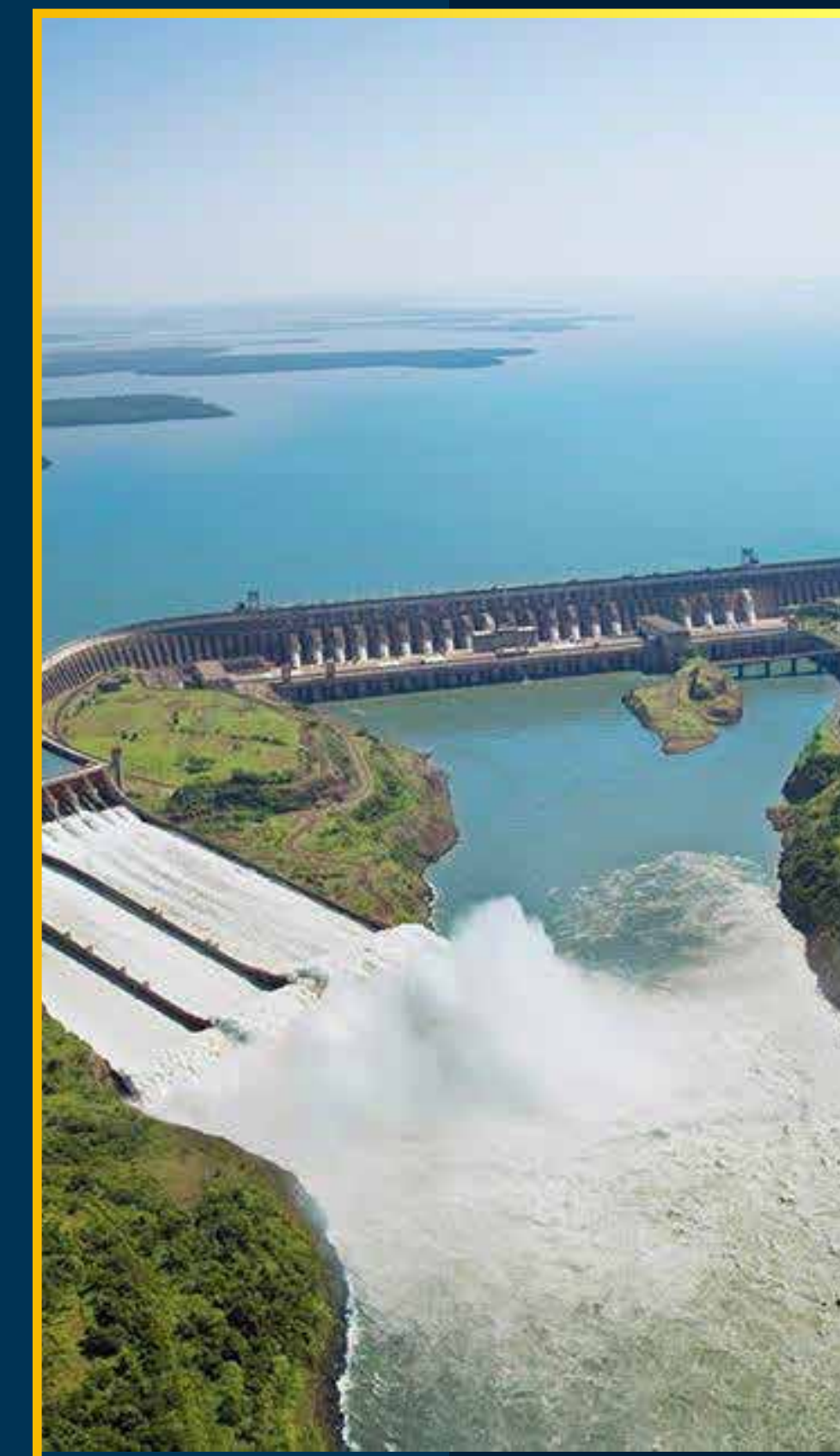
# RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2021

A Fibra em Foz



# SUMÁRIO

<b>1.</b> Mensagem Fibra	3
<b>2.</b> Fatos Relevantes	4
<b>3.</b> Governança Corporativa	4
<b>4.</b> Riscos Corporativos e Gestão da Qualidade	5
<b>5.</b> Tecnologia e Informação	5
<b>6.</b> Sustentabilidade Socioambiental	6
<b>7.</b> Gestão de Pessoas	7
<b>8.</b> Relacionamento com o Participante	8
<b>9.</b> Gestão de Planos	8
<b>10.</b> Fibra em números	11
<b>11.</b> Encarte RAI	12



# 1. MENSAGEM FIBRA

---

2021 foi desafiador para todos. As pessoas buscaram apoio para seu bem estar físico, profissional, social e emocional. Não foi diferente para a Fibra, pois procuramos dar e buscar apoio com base em um conceito muito importante: a Comunidade Fibra!

A palavra comunidade é, sem dúvida, central para a experiência humana. Fazer parte de uma comunidade nos dá um sentimento de pertencimento para compartilharmos relacionamentos e apoiarmos o crescimento sustentável uns dos outros, do meio ambiente, e da sociedade como um todo.

Em 2021, a nossa sede em Foz do Iguaçu, intensificou a conexão com os participantes, parceiros e todos os que compartilharam dos mesmos ideais e interesses.

Para desenvolver esse senso de comunidade, focamos em projetos que colocaram o participante no centro da experiência, do atendimento e da prestação de nossos serviços presenciais e digitais.

Com isso, ficamos muito orgulhosos em saber, por meio de uma pesquisa, que 99% dos participantes estão satisfeitos com a qualidade dos serviços prestados. Um índice tão elevado reflete a confiança dos participantes, e está diretamente relacionada com a transparência e com a consolidação de uma estrutura de governança firme e eficaz.

A Comunidade Fibra reverbera também, em nossos colaboradores. Este ano, fomos certificados pelo Great Places to Work, uma instituição que avalia e chancela os melhores lugares para se trabalhar no Brasil e no mundo.

Por fim, destacamos a presença dos familiares dos participantes, contemplada por meio do sucesso do nosso Plano Família, que atingiu 200% da meta estabelecida. Realmente é imensurável o privilégio de fazermos parte de uma comunidade tão envolvente. Apoio, compartilhamento, conexão, aprendizagem e paixão foram a base de sustentação do nosso ano 2021 em Foz do Iguaçu!

**Obrigado, Comunidade Fibra!**

## 2. FATOS RELEVANTES

**Nossos objetivos e metas foram estrategicamente definidos em 2021.**

A garantia da eficácia e da sustentabilidade das nossas ações está fundamentada na qualidade de execução dos nossos processos e em nosso sistema de Governança:



## 3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Iniciamos a preparação dos processos para adesão aos códigos de autorregulação em governança corporativa e governança de investimentos, visando a obtenção dos respectivos selos que cancelam a nossa governança.

Com relação aos normativos, unificamos as diretrizes de compliance, aprimorando processos e controles de todas as áreas da Fibra, incluindo a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo – seguindo a Instrução Normativa Previc nº34 e a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Além disso, a Ação Fiscal da Previc, iniciada em 2019, com ênfase nos princípios, práticas de governança, gestão e controles internos, foi concluída com o esclarecimento dos apontamentos realizados pela fiscalização.

## 4. RISCOS CORPORATIVOS E GESTÃO DA QUALIDADE

Em 2021 foi executado o 16º Ciclo de Avaliação de Riscos, demonstrando a nossa preocupação pela busca constante de melhoria do ambiente de controle e mitigação dos riscos existentes.

Com vistas à melhoria contínua, serão desenvolvidas ações para o aprimoramento da segurança cibernética, em conformidade com a LGPD e gestão do canal de ética.

“A Fibra apresenta uma postura inovadora em comparação ao mercado previdenciário, uma vez que incorpora de forma sistematizada a avaliação de novos tipos de riscos e controles e, ainda assim consegue manter um baixo nível de déficit.”



A qualidade dos nossos processos foi novamente auditada em 2021, pelo órgão certificador, que concluiu pela conformidade, emitindo um novo certificado da ISO 9001:2015, válido até 2024.

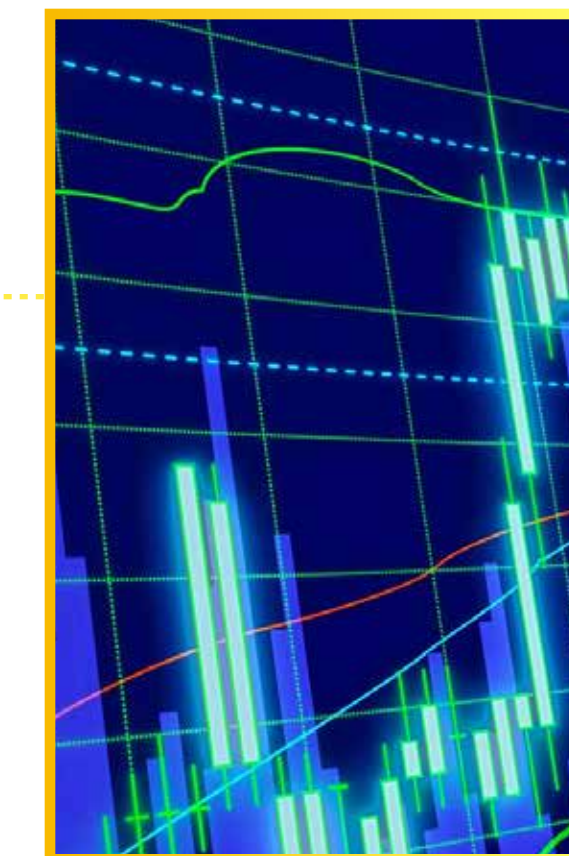


## 5. TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

Este tema é cada vez mais relevante na gestão das empresas, e a Fibra segue dedicando atenção especial a ele.

**Destacamos ações importantes do ano de 2021:**

- **Implantação do sistema de investimentos** possibilitando a automação dos processos e rotinas da Gestão Financeira, aumentando a segurança, rastreabilidade, agilidade tanto no processo de investimentos como na geração de informações. A implantação possibilita a conciliação das posições registradas no custodiante e permitirá a integração com as demais soluções utilizadas pela Fibra;
- **Continuidade dos esforços de integrações sistêmicas:** módulo de benefícios com o portal de autoatendimento e App, reforçando a integridade e gerando novos produtos ao relacionamento com o Participante; sistema de orçamento com o sistema de compras e contratos, possibilitando o empenho automático e controle dos saldos.
- **Migração da infraestrutura de sistemas e base de dados para a nuvem.** Especialmente o nosso Sistema Integrado de Gestão - ERP, o Sistema de Gestão de Documentos e o Banco de Dados.



## 6. SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Fibra, motivada pela necessidade de preservação do meio ambiente, busca soluções sustentáveis, como a utilização de energia solar, captação da água pluvial, separação do lixo reciclável e orgânico, plantio de árvores frutíferas, e posto de coleta de lixo eletrônico.

**Em comemoração aos 24 milhões de mudas plantadas pela Patrocinadora Itaipu, plantamos um Ipê Amarelo nas dependências da nossa nova sede, e lançamos o nosso programa socioambiental "IPES" (Integração, Postura Corporativa, Ecoeficiência, Sustentabilidade).**

A primeira ação deste programa foi a instalação de um ponto de coleta de resíduos eletrônicos na sede da Fibra, aberto à comunidade, em parceria com a "Lixotec", uma empresa que faz coletas gratuitas de lixo eletrônico há mais de 10 anos em Foz do Iguaçu.



Estamos preocupados não só com a sustentabilidade financeira de nossos clientes, mas também com a do meio ambiente. Por isso, investimos em painéis fotovoltaicos, uma forma de energia limpa e econômica que nos possibilitou economizar mais de quarenta mil reais durante o ano.

**Potência** de geração de energia: **88.4kw**  
**Início** de produção de energia pelo Carport em **07/07/2021**  
**Produção de energia** em 2021: **64.123.20kwh**  
**Economia** em 2021: **R\$ 40.448,04**

Pensando na educação financeira dos participantes, aprimoramos o conteúdo do site de Educação Previdenciária com assuntos mais pertinentes ao cotidiano das pessoas. Ele teve 71.852 acessos, um crescimento de 212% em relação ao ano anterior. Com a chegada do Plano Família, este tema ganha mais importância.



## 7. GESTÃO DE PESSOAS

Em 2021, realizamos nova pesquisa de clima organizacional, para mensurar o nível de satisfação dos nossos 34 colaboradores. Este ano aplicamos a pesquisa com o Great Place to Work (GPTW) cuja metodologia, utilizada por empresas em vários países nos possibilitou uma melhor compreensão do momento atual da Fibra e dos esforços aplicados diante de uma nova cultura organizacional.



O projeto foi um sucesso, a Fibra foi certificada. Somos umas das melhores empresas para se trabalhar!

E para homenagear àqueles que contribuíram com o crescimento da Fibra, iniciamos uma ação onde todo empregado que está se aposentando, planta uma muda de árvore com o seu nome na nova sede.



## 8. RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE

A satisfação dos Participantes é fundamental em nosso direcionamento estratégico. Para tanto, avaliamos a qualidade dos nossos serviços, canais de comunicação e atendimento. **Na pesquisa de satisfação de 2021, realizada por uma empresa independente, destacamos:**

**100%**

Se sentem **seguros** com a Fibra e estão satisfeitos com o **atendimento**.

**99%**

Estão satisfeitos com a **qualidade dos serviços** prestados e com a **transparência das informações**.

**98%**

Concordam que a Fibra **gera resultado** nos investimentos que realiza.



A marca da **Fibra** continua transmitindo **segurança, confiança e satisfação**

A Fibra concluiu sua migração de Curitiba para Foz do Iguaçu, fortalecendo à marca, integração e sinergia do time. A proximidade com os participantes reforça o relacionamento e a confiança.



## 9. GESTÃO DE PLANOS

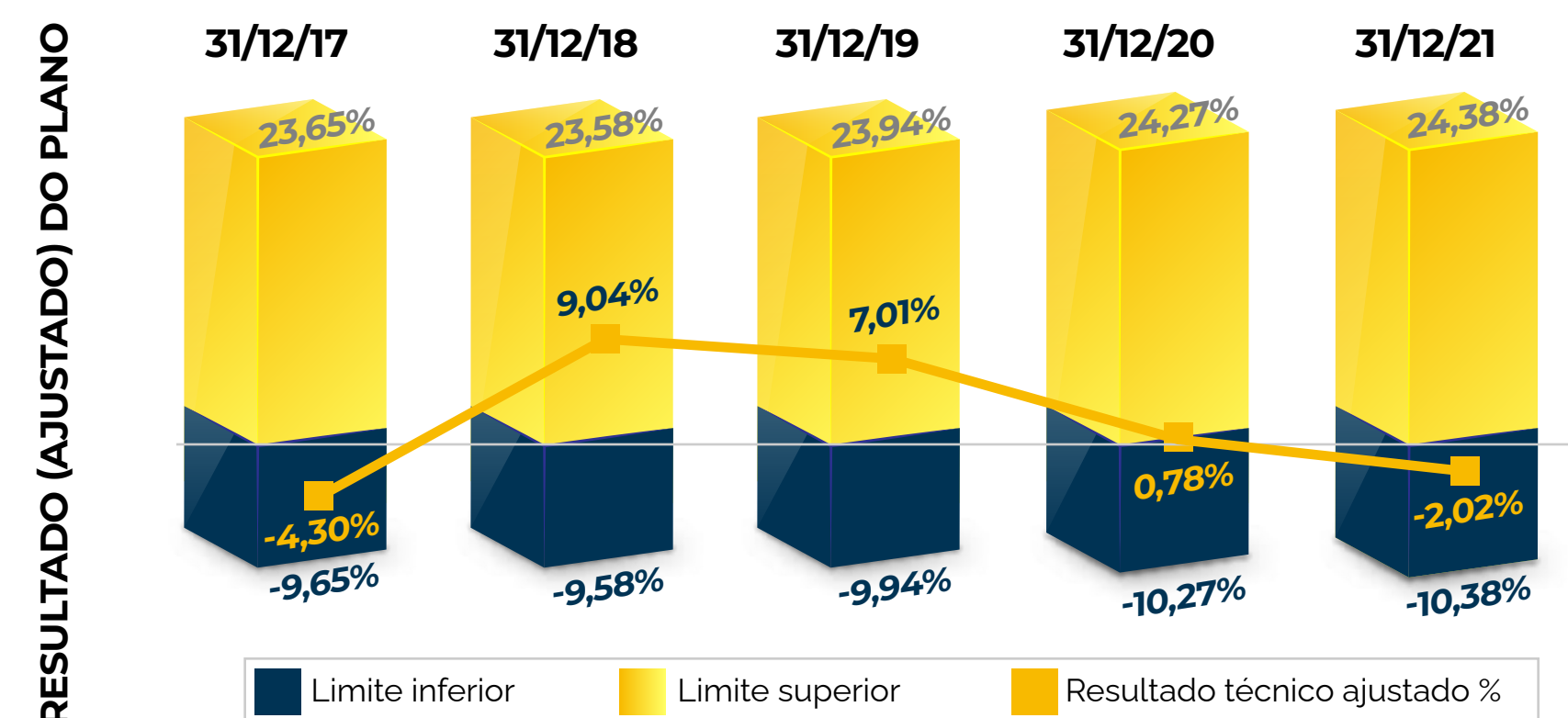
### Plano Benefício Definido

Anualmente o Plano de Benefícios da Fibra passa por uma avaliação atuarial, com o objetivo de identificar as medidas necessárias para mantê-lo saudável e sustentável.

Em 2021, foi atualizada a hipótese de Crescimento Real de Salário, que reflete a evolução salarial de carreira dos participantes ativos. O ajuste gerou um acréscimo de R\$ 53,5 milhões nas provisões atuariais.

Fechamos o ano com um resultado negativo ajustado de R\$ 111 milhões, que corresponde a 2% das obrigações do plano (provisões atuariais), dentro dos limites legais e, portanto, não sendo necessário equacionamento de déficit.

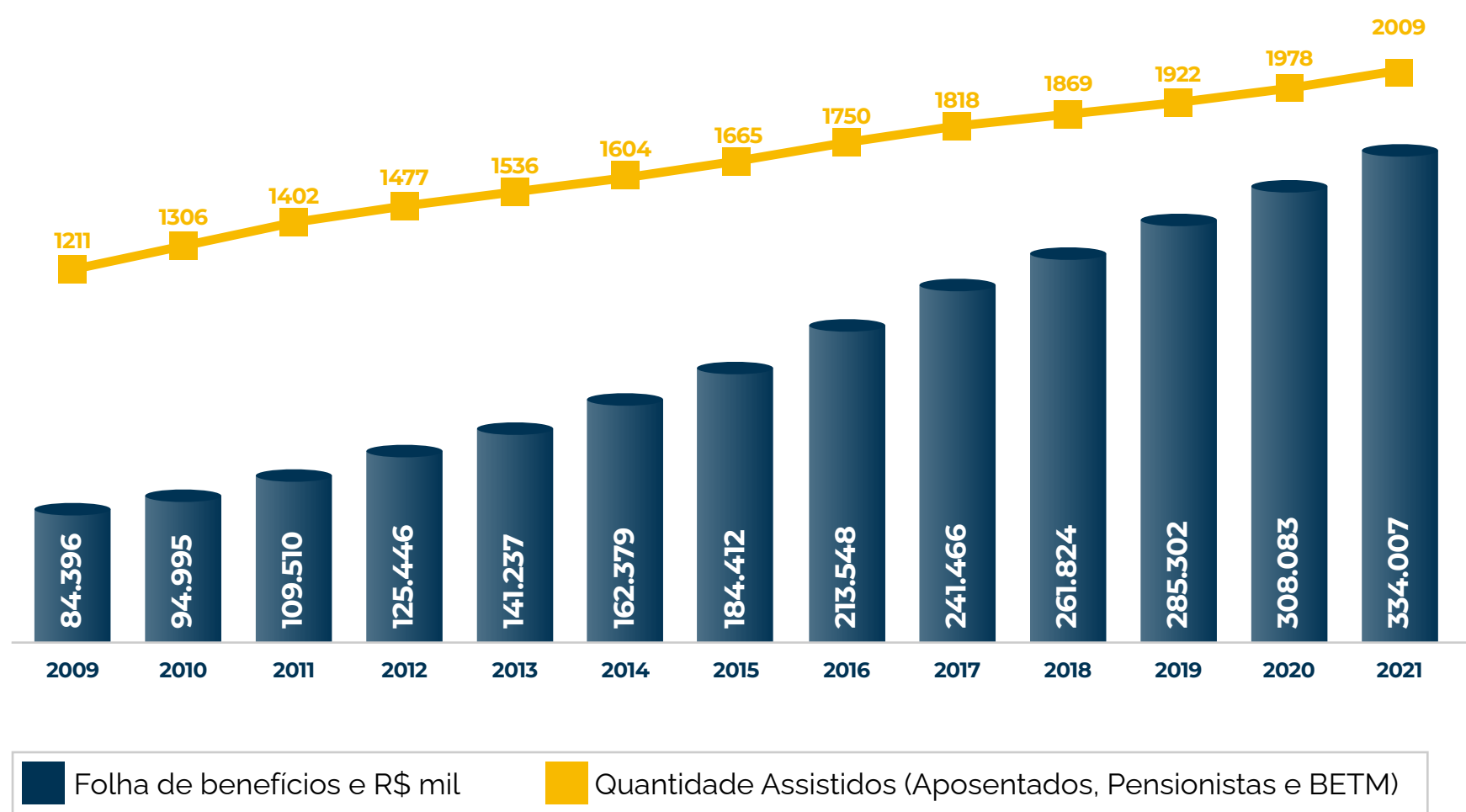
Demonstramos a seguir o resultado ajustado do Plano dos últimos 5 anos e os limites para o equacionamento de déficit e distribuição de superávit.





Com uma folha anual de **R\$ 334 milhões**, o Plano encontra-se na fase madura, em que o número de participantes ativos é inferior aos assistidos, e os benefícios superiores às receitas previdenciárias. O equilíbrio é mantido com a gestão dos ativos, permitindo assim que a Fibra cumpra com seus compromissos.

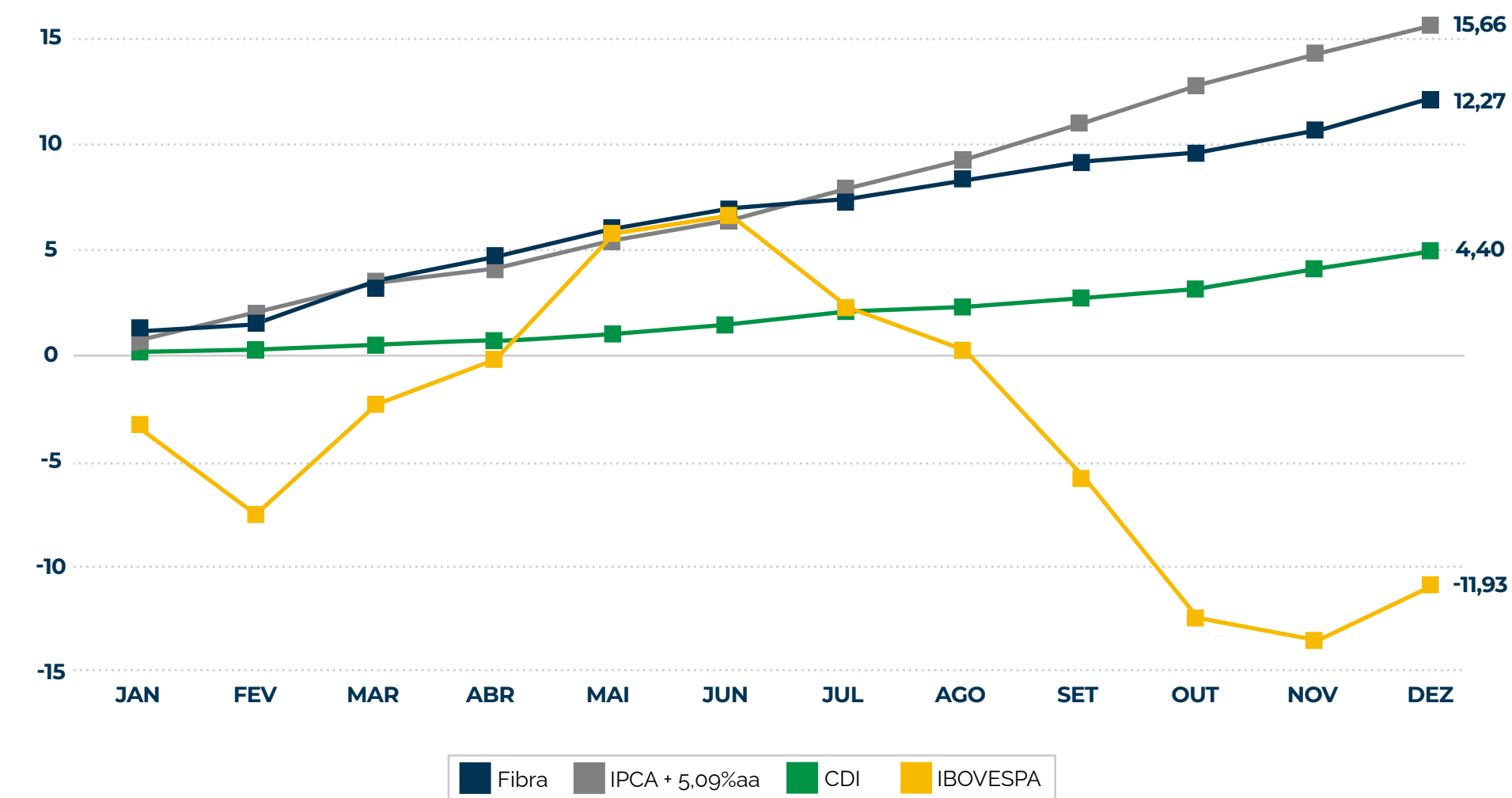
HISTÓRICO DA FOLHA DE BENEFÍCIOS E NÚMERO DE ASSISTIDOS



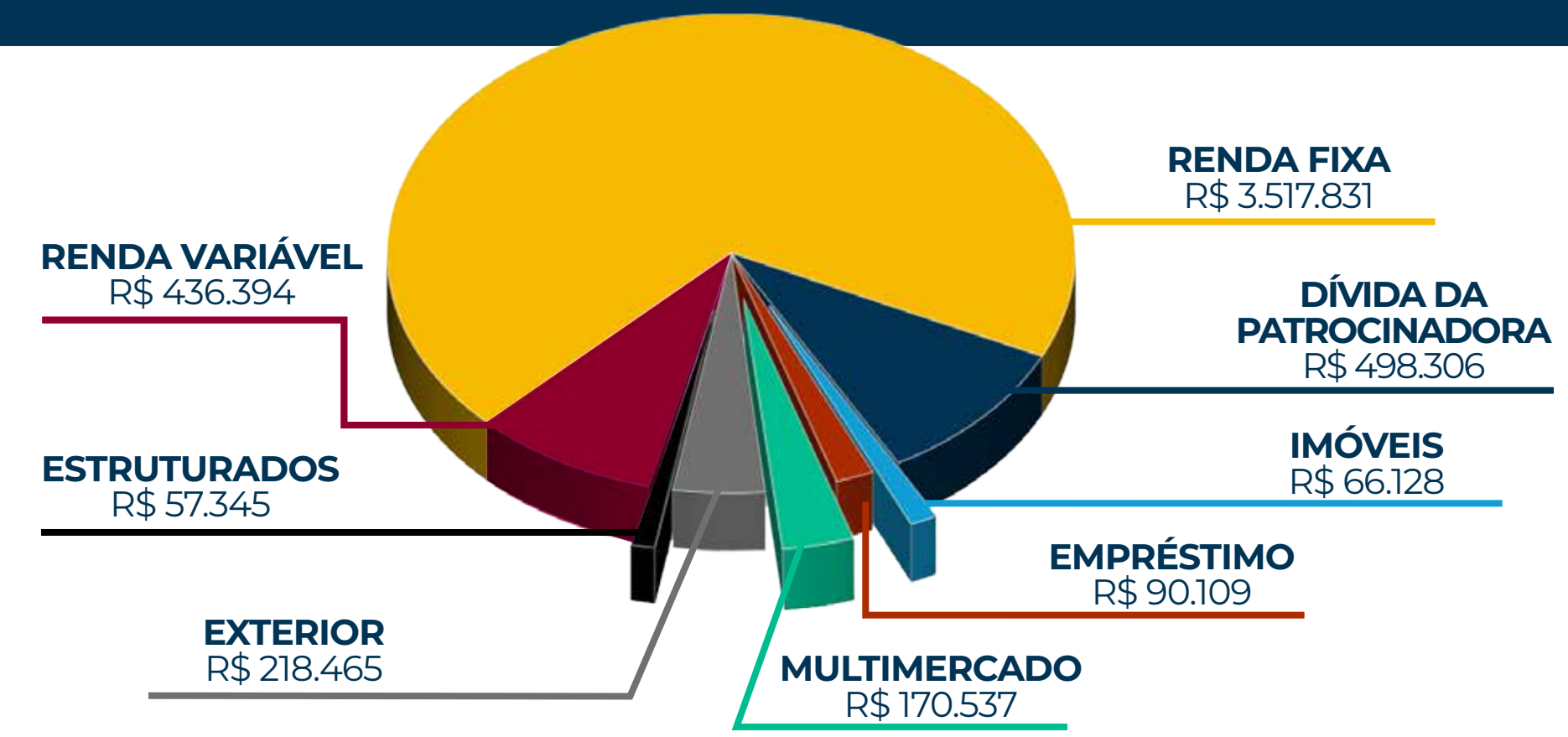
A rentabilidade dos investimentos do Plano BD atingiu **12,27%**, frente à meta de **15,15%**, calculada com base na inflação (**IPCA +5,09%**).

Foi um ano desafiador para o Brasil. Alguns eventos externos impactaram a rentabilidade e, de forma geral, os efeitos econômicos advindos da pandemia afetaram os ativos e o cenário fiscal do país.

Por outro lado, o maior risco observado também trouxe um aumento nas taxas dos títulos públicos indexados ao IPCA, que possibilitou, no mês de outubro, a aquisição de **R\$ 424 milhões** em NTNBS, com taxas acima da meta atuarial, beneficiando o resultado no longo prazo.



**O Patrimônio do Plano BD atingiu a marca de R\$ 5,05 bilhões, assim distribuídos:**



Valores em R\$ mil

## Saldamento

A Itaipu, ao longo do exercício, deu continuidade ao Projeto de Saldamento do Plano de Benefício Definido (BD) vigente e a criação de um novo plano de Contribuição Definida (CD) para as duas fundações da empresa: Fibra (do Brasil) e Cajubi (Paraguai).

Foram desenvolvidos pela consultoria especializada contratada pela Itaipu, sob condução do grupo de trabalho binacional e apoio técnico da Fibra, os estudos da etapa 2, que contemplam as avaliações atuariais, os custos e forma de equacionamento de eventual déficit, cota e perfil de investimentos, regulamentos e preparação documentos para aprovação.

O trabalho está sendo feito de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da Patrocinadora, em fevereiro de 2016.



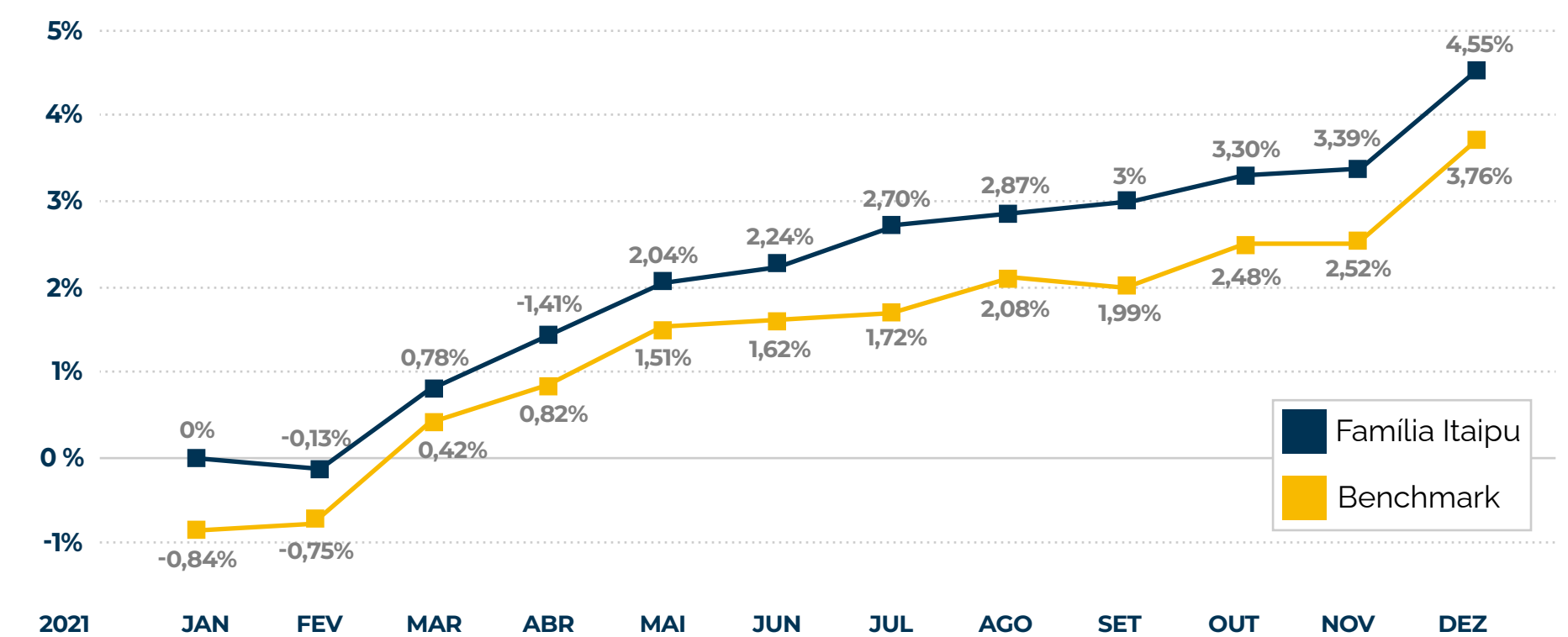
## Plano Família Itaipu

Lançado em janeiro de 2021, o Plano Família Itaipu já é um sucesso! Com o propósito de expandir o acesso à previdência complementar e propiciar planejamento financeiro aos participantes e familiares até o 4º grau, o plano superou as expectativas, e fechamos o ano com patrimônio superior a **R\$ 6 milhões (200% da meta)**.

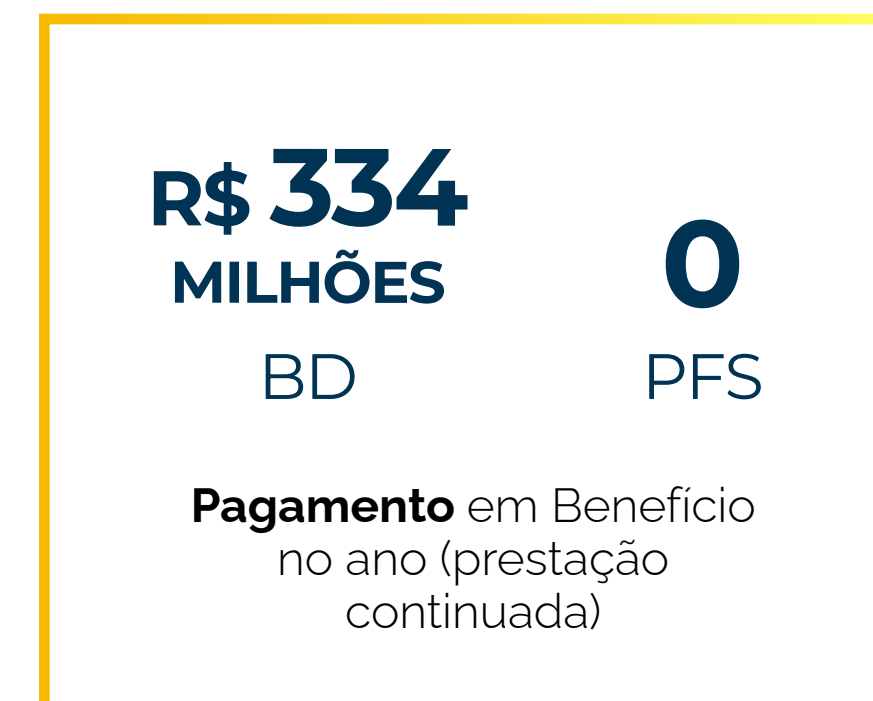
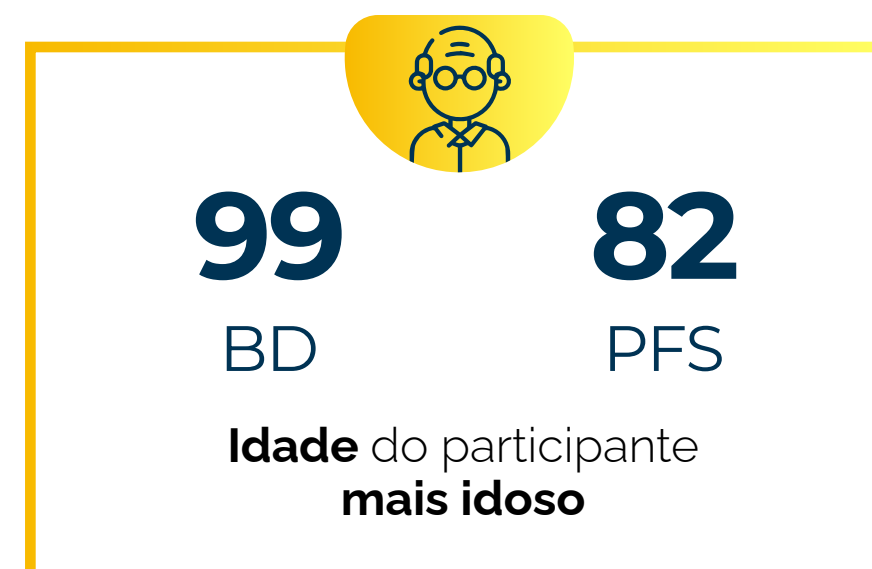
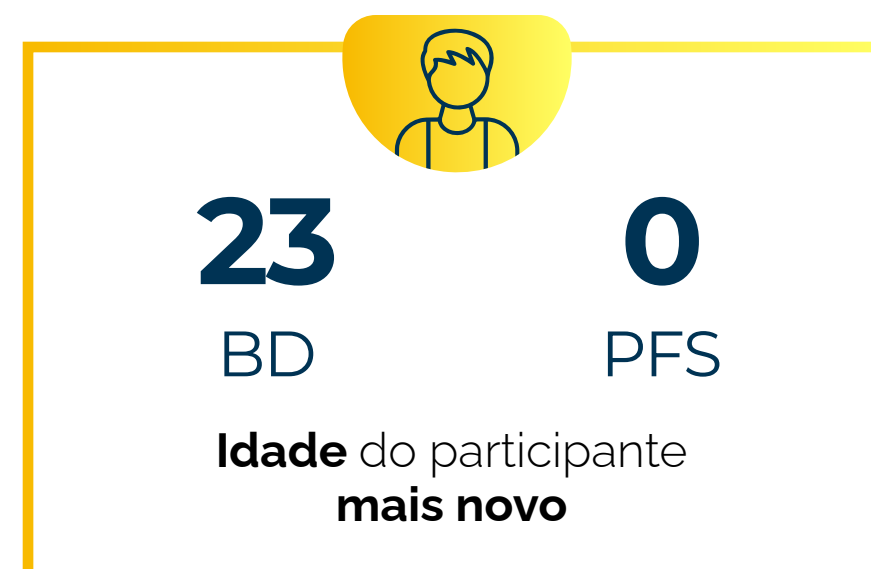
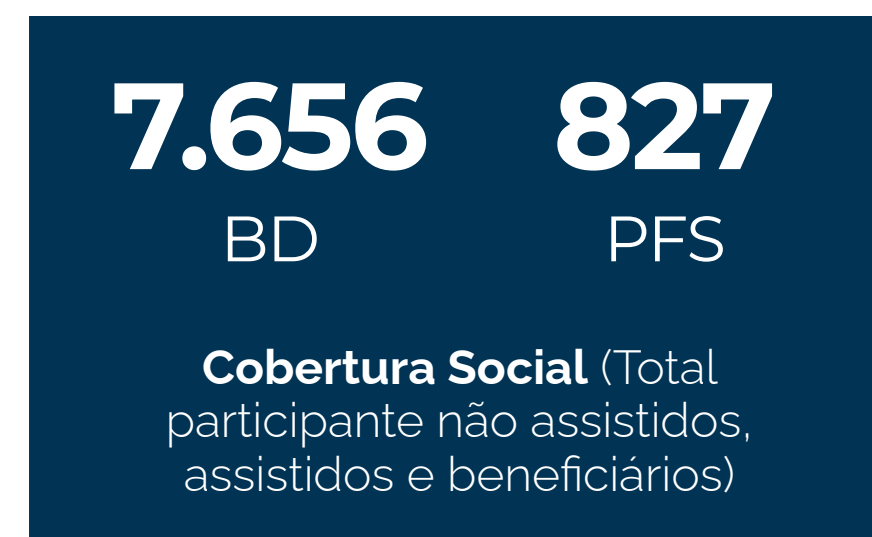
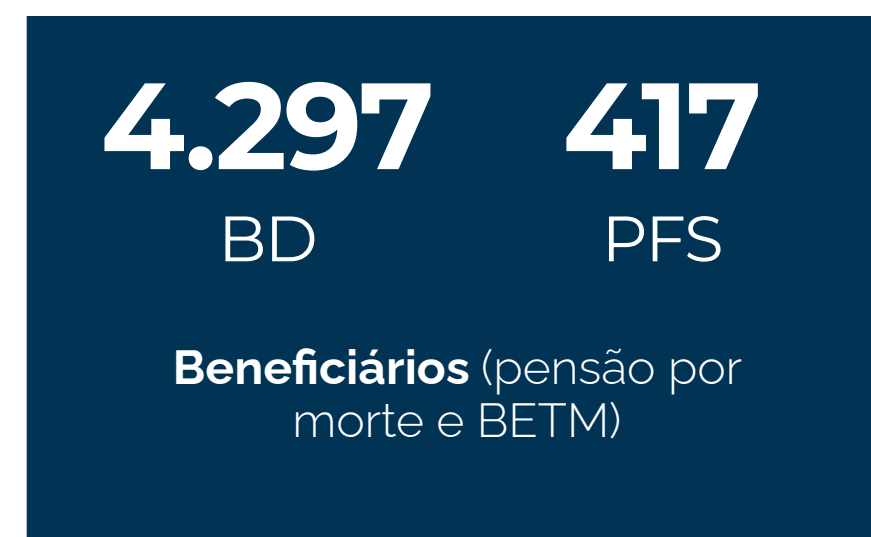
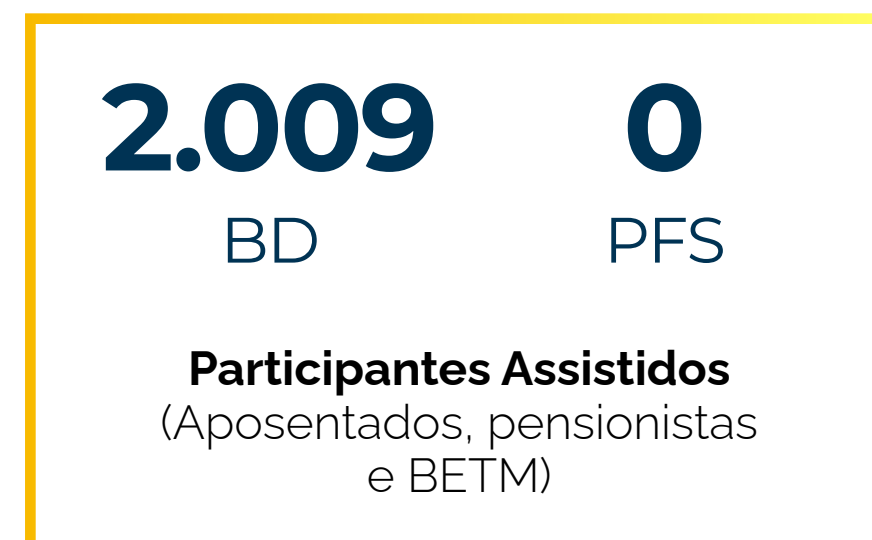
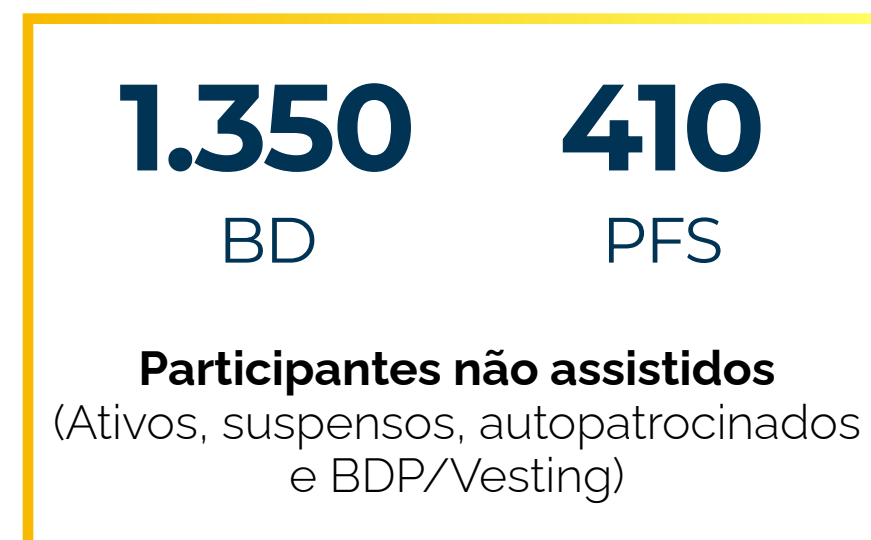
O mérito dessa conquista se deu em função da confiança dos participantes, que acreditam no potencial da nossa entidade, e novamente puderam se certificar da maturidade e robustez na administração dos planos de benefícios.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o Plano Família alcançou uma rentabilidade líquida de 4,55%a.a., acima da meta estipulada de 3,76% (72% do CDI, 12% IHFA, 8% do Ibovespa +1% e 8% do MSCI World em reais).

A fim de garantir seu crescimento e abrangência para mais participantes, o ano também foi de estudos e fechamento de convênio para lançar o plano para o Hospital Ministro Costa Cavalcanti (HMCC), mantido pela Itaipu, e parceiro na construção de um futuro melhor para médicos, empregados e seus familiares.



# 10. FIBRA EM NÚMEROS



# 11. ENCARTE RAI

## Balanço Patrimonial Consolidado

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>209</b>	<b>7</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>19.144</b>	<b>22.223</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>5.261.246</b>	<b>4.890.336</b>	Gestão Previdencial	10.613	9.231
Gestão Previdencial	517.513	553.559	Gestão Administrativa	1.885	6.785
Gestão Administrativa	8.486	9.120	Investimentos	6.646	6.207
Investimentos	<b>4.735.247</b>	<b>4.327.657</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>145.157</b>	<b>137.430</b>
Títulos Públicos	3.448.366	3.071.292	Gestão Previdencial	14.812	8.059
Fundos de Investimentos	978.942	945.758	Gestão Administrativa	8.533	7.559
Investimentos em Imóveis	66.128	68.701	Investimentos	121.812	121.812
Operações com Participantes	89.895	85.842	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>5.098.872</b>	<b>4.731.864</b>
Depósitos Judiciais/Recursais	151.856	151.856	<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>5.068.506</b>	<b>4.706.179</b>
Outros Realizáveis	60	4.208	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>5.518.731</b>	<b>4.991.155</b>
<b>IMOBILIZADO E INTANGÍVEL</b>	<b>1.718</b>	<b>1.174</b>	Benefícios Concedidos	4.348.539	3.923.590
Imobilizado	1.703	1.149	Benefícios a Conceder	1.206.802	1.104.329
Intangível	15	25	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(36.610)	(36.764)
			<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>(450.225)</b>	<b>(284.976)</b>
			Resultados Realizados	(450.225)	(284.976)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(450.225)	(284.976)
			<b>Fundos</b>	<b>30.366</b>	<b>25.685</b>
			Fundos Administrativos	16.205	13.463
			Fundos para Garantia das operações com participantes	14.161	12.222
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.263.173</b>	<b>4.891.517</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>5.263.173</b>	<b>4.891.517</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração Da Mutação Do Patrimônio Social – DMPS

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	Variação (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>4.731.864</b>	<b>4.482.677</b>	<b>6%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>726.884</b>	<b>577.126</b>	<b>26%</b>
Contribuições Previdenciais	199.860	162.373	23%
Portabilidade	2.046	-	N/A
Outras Adições Previdenciais	275	10.427	-97%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	501.812	383.836	31%
Receitas Administrativas	20.027	18.689	7%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	925	-	N/A
Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.939	1.801	8%
<b>2. Destinações</b>	<b>(359.876)</b>	<b>(327.939)</b>	<b>10%</b>
Benefícios	(334.108)	(308.123)	8%
Portabilidade / Resgates	(1.173)	(443)	165%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(6.385)	(441)	1348%
Despesas Administrativas	(17.236)	(17.880)	-4%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(974)	(742)	31%
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	(310)	-100%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>367.008</b>	<b>249.187</b>	<b>47%</b>
Provisões Matemáticas	527.576	629.933	-16%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(165.249)	(382.304)	-57%
Fundos Administrativos	2.742	(243)	1228%
Fundos para Garantia das Operações com participantes	1.939	1.801	8%
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>5.098.872</b>	<b>4.731.864</b>	<b>7%</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração Do Plano De Gestão Administrativa – DPGA Consolidado

DESCRIÇÃO	31/12/2021	30/12/2020	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>13.463</b>	<b>13.706</b>	<b>-2%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>20.952</b>	<b>18.689</b>	<b>12%</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>20.952</b>	<b>18.689</b>	<b>12%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	19.892	18.689	6%
Custeio Administrativo dos Investimentos	28	0	N/A
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	925	0	N/A
Outras Receitas	107	0	N/A
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(17.236)</b>	<b>(17.880)</b>	<b>-4%</b>
<b>2.1. Administração dos Planos Previdenciais</b>	<b>(17.221)</b>	<b>(17.674)</b>	<b>-3%</b>
Pessoal e encargos	(12.148)	(12.887)	-6%
Treinamentos/Congressos e seminários	(55)	(63)	-13%
Viagens e Estadias	(67)	(108)	-38%
Serviços de Terceiros	(3.614)	(3.319)	9%
Despesas gerais	(832)	(845)	-2%
Depreciações e Amortizações	(265)	(58)	357%
Tributos	(240)	(394)	-39%
<b>2.5. Fomento</b>	<b>(15)</b>	<b>(206)</b>	<b>-93%</b>
Fomento	(15)	(206)	-93%
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>(974)</b>	<b>(742)</b>	<b>31%</b>
<b>5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>(310)</b>	<b>100%</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>2.742</b>	<b>(243)</b>	<b>1228%</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>2.742</b>	<b>(243)</b>	<b>1228%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>16.205</b>	<b>13.463</b>	<b>20%</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA PBD

DESCRIÇÃO	31/12/2021	30/12/2020	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>13.463</b>	<b>13.706</b>	<b>-2%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>20.924</b>	<b>18.689</b>	<b>12%</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>20.924</b>	<b>18.689</b>	<b>12%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	19.892	18.689	6%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	925	0	N/A
Outras Receitas	107	0	N/A
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(17.236)</b>	<b>(17.880)</b>	<b>-4%</b>
<b>2.1. Administração dos Planos Previdenciais</b>	<b>(17.221)</b>	<b>(17.674)</b>	<b>-3%</b>
Pessoal e encargos	(12.148)	(12.887)	-6%
Treinamentos/Congressos e seminários	(55)	(63)	-13%
Viagens e Estadias	(67)	(108)	-38%
Serviços de Terceiros	(3.614)	(3.319)	9%
Despesas gerais	(832)	(845)	-2%
Depreciações e Amortizações	(265)	(58)	357%
Tributos	(240)	(394)	-39%
<b>2.5. Fomento</b>	<b>(15)</b>	<b>(206)</b>	<b>-93%</b>
Fomento	(15)	(206)	-93%
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>(974)</b>	<b>(742)</b>	<b>31%</b>
<b>5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>(310)</b>	<b>100%</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>2.714</b>	<b>(243)</b>	<b>1217%</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>2.714</b>	<b>(243)</b>	<b>1217%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>16.177</b>	<b>13.463</b>	<b>20%</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA PFS

DESCRIÇÃO	31/12/2021	30/12/2020	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>N/A</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>N/A</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>N/A</b>
Custeio Administrativo dos Investimentos	28	0	N/A
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1	0	N/A
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>N/A</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL PFS

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>6.040</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
Disponível	53	-	N/A
Recebíveis Previdencial	29	-	N/A
<b>Investimento</b>	<b>5.958</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
Fundos de Investimentos	5.958	-	N/A
Outros Realizáveis	-	-	N/A
<b>2. Obrigações</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
Operacional	5	-	N/A
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
Fundos Administrativos	29	-	N/A
<b>5. Ativo Líquido ( 1-2-3)</b>	<b>6.007</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
Provisões Matemáticas	6.007	-	N/A

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL PBD

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>5.248.683</b>	<b>4.877.173</b>	<b>8%</b>
Disponível	143	4	3475%
Recebíveis Previdencial	533.860	567.181	-6%
<b>Investimento</b>	<b>4.714.680</b>	<b>4.309.988</b>	<b>9%</b>
Títulos Públicos	3.448.366	3.065.203	13%
Fundos de Investimentos	958.424	938.376	2%
Investimentos em Imóveis	66.128	68.701	-4%
Operações com Participantes	89.895	85.842	5%
Depósitos Judiciais/Recurais	151.857	151.856	0%
Outros Realizáveis	10	10	0%
<b>2. Obrigações</b>	<b>155.847</b>	<b>145.309</b>	<b>7%</b>
Operacional	19.223	15.438	25%
Contingencial	136.624	129.871	5%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>30.337</b>	<b>25.685</b>	<b>18%</b>
Fundos Administrativos	16.176	13.463	20%
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	14.161	12.222	16%
<b>5. Ativo Líquido ( 1-2-3)</b>	<b>5.062.499</b>	<b>4.706.179</b>	<b>8%</b>
Provisões Matemáticas	5.512.724	4.991.155	10%
Superávit/Déficit Técnico acumulado	(450.225)	(284.976)	58%
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	(450.225)	(284.976)	<b>58%</b>
b) (+) Ajuste de Precificação	338.947	324.056	5%
c) (-/+) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	<b>(111.278)</b>	<b>39.080</b>	<b>-385%</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL PBD

DESCRI�O	31/12/2021	31/12/2020	Variacão (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>4.706.179</b>	<b>4.458.550</b>	<b>6%</b>
<b>1. Adic�es</b>	<b>717.878</b>	<b>575.325</b>	<b>25%</b>
Contribui�es	215.927	181.062	19%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	501.676	383.836	31%
Outras Adic�es	275	10.427	-97%
<b>2. Destina�es</b>	<b>(361.558)</b>	<b>(327.696)</b>	<b>10%</b>
Benefícios	(334.108)	(308.123)	8%
Portabilidade / Resgates	(1.173)	(443)	165%
Constitui�o Líquida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(6.385)	(441)	1348%
Custeio Administrativo	(19.892)	(18.689)	6%
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>356.320</b>	<b>247.629</b>	<b>44%</b>
Provis�es Matemáticas	521.569	629.933	-17%
Superávit (D�ficit) T�cnico do Exercício	(165.249)	(382.304)	-57%
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>5.062.499</b>	<b>4.706.179</b>	<b>8%</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>4.547</b>	<b>1.558</b>	<b>192%</b>
Fundos Administrativos	2.608	(243)	1173%
Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	1.939	1.801	8%

As notas explicativas da Administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

## Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL PFS

DESCRI�O	31/12/2021	31/12/2020	Variacão (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
<b>1. Adic�es</b>	<b>6.007</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
Contribui�es Previdenciais	3.826	-	N/A
Portabilidade	2.045	-	N/A
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	136	-	N/A
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>6.007</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
Provisões Matemáticas	6.007	-	N/A
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>6.007</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
Fundos Administrativos	29	-	N/A

As notas explicativas da Administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

## Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios – DPT PBD

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5 )</b>	<b>5.232.507</b>	<b>4.863.710</b>	<b>8%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>5.512.724</b>	<b>4.991.155</b>	<b>10%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>4.348.539</b>	<b>3.923.590</b>	<b>11%</b>
Benefício Definido	4.348.539	3.923.590	11%
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>1.200.795</b>	<b>1.104.329</b>	<b>9%</b>
Benefício Definido	1.200.795	1.104.329	9%
<b>1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>(36.610)</b>	<b>(36.764)</b>	<b>0%</b>
(-) Serviço passado	(36.610)	(36.764)	0%
(-) Patrocinador(es)	(36.610)	(36.764)	0%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(450.225)</b>	<b>(284.976)</b>	<b>58%</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(450.225)</b>	<b>(284.976)</b>	<b>58%</b>
(-) Déficit Técnico Acumulado	(450.225)	(284.976)	58%
<b>3. Fundos</b>	<b>14.161</b>	<b>12.222</b>	<b>16%</b>
3.2 Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	14.161	12.222	16%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>19.223</b>	<b>15.438</b>	<b>25%</b>
4.1 Gestão Previdencial	12.577	9.231	36%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	6.646	6.207	7%
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>136.624</b>	<b>129.871</b>	<b>5%</b>
5.1 Gestão Previdencial	14.812	8.059	84%
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	121.812	121.812	0%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DPT PFS

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	Variacão (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5 )</b>	<b>6.007</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>6.007</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>6.007</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
Benefício Definido	6.007	-	N/A
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	5	-	N/A

As notas explicativas da Administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

### 1 Contexto operacional

A Funda o Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, instituída pela ITAIPU Binacional (entidade jurídica de direito internacional), é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria n  4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Em 2021 a Fibra modificou seu estatuto, formalizando a mudança de sua sede de Curitiba para Foz do Iguaçu, a altera o foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da entidade, Conselho de Administra o da ITAIPU Binacional e pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.



Foi inaugurada no dia 31 de março de 2021 a nova sede da entidade, as instalações contam com estações de trabalho com adequado distanciamento, o que possibilitou o retorno do trabalho 100% presencial, seguindo os protocolos de prevenção à COVID-19.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade administrar os Planos de Benefícios de caráter previdenciário. A Fibra administra dois planos de benefícios, o Plano de Benefício Definido da Fibra – Plano BD (CNPB nº 1988.0012-18) e o Plano Família Itaipu Setorial – Plano PFS (CNPB nº 2020.0024-18).

O Plano BD pertence à modalidade de "Benefício Definido", tendo como principal objetivo suplementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

#### **Os benefícios abrangidos pelo Plano BD são os seguintes:**

- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Benefício especial temporário por morte;
- Auxílio reclusão;
- Auxílio funeral por morte de beneficiário;
- Suplementação do abono anual.

Com objetivo de levar aos familiares dos participantes do plano BD, acesso a Previdência Complementar e buscando a sustentabilidade da Fundação, em 23 de outubro de 2020 foi aprovado por meio da Portaria PREVIC nº 737 o Regulamento do Plano Família Setorial, plano constituído na modalidade de Contribuição Definida – CD, com CNPB nº 2020.0024-18, mediante convênio

de adesão com a Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, na condição de instituidor do Plano Família Itaipu Setorial – Plano PFS.

O Plano PFS iniciou as operações em 08 de janeiro de 2021 e sua operacionalização foi comunicada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc através correspondência nº CRE.2021.004 de 11 de janeiro de 2021.

O Plano PFS é estruturado na modalidade de "Contribuição Definida", tendo como principal objetivo a complementação de renda a partir dos 55 anos de idade do participante.

#### **Os benefícios abrangidos pelo Plano PFS são os seguintes:**

- Benefício de Renda Mensal Programada; e
- Benefício Temporário.

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas carências e elegibilidades são previstos no Regulamento.

#### **Apresentamos abaixo a quantidade de participantes dos Planos de Benefícios administrados pela Fibra:**

Plano BD	12.2021	12.2020
Ativos	1.350	1.319
Aposentados/Pensionistas	2.009	1.978
Beneficiários	4.297	3.975
<b>Sub-Total</b>	<b>7.656</b>	<b>7.272</b>
Plano PFS	12.2021	12.2020
Ativos	410	
Aposentados/Pensionistas		
Beneficiários	417	
<b>Sub-Total</b>	<b>827</b>	
<b>Total Geral</b>	<b>8.483</b>	<b>7.272</b>

A estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido nas suas Políticas de Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2021, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, do Conselho Monetário Nacional.

## **2 Apresentação das Demonstrações Contábeis**

### **2.1 Legislação**

Elaboramos as demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Ministério da Fazenda.

### **2.2 Demonstrações Contábeis**

A escrituração contábil é elaborada de acordo com a Instrução Normativa Previc nº 31, de 24 de agosto de 2020 e Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, sendo apresentadas as seguintes Demonstrações Contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior, demonstrando o saldo das contas do ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS consolidada, apresentando as movimentações ocorridas que causaram modificações no patri-

mônio social do plano de benefícios.

- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA consolidada, evidenciando o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações ocorridas no fundo durante o exercício.
- Demonstração do Ativo Líquido – DAL, apresentada por plano de benefícios, evidenciando a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações do Plano de Benefício.
- Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, apresentada por plano de benefícios, evidenciando as mutações ocorridas no ativo líquido do plano no final do exercício.
- Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios – DPT, apresentada por plano de benefício, evidenciando a composição das provisões técnicas do plano de benefícios.

Essas demonstrações contábeis não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e de longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa – PGA mantidos pela Fundação.

### **2.3 Consolidação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira, em especial a ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e abrangem as demonstrações contábeis da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social, relativas aos Planos de Benefícios cadastrados nos CNPBs: 1988.0012-18, 2020.0024-18 e ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, conforme estabelece a Seção V dos Ajustes de Consolidação, conforme Artigo nº 27 da Instrução Normativa Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, foram efetuadas as seguintes eliminações, referente às operações entre os Planos de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa – PGA, para não apresentar valores em duplicidade no patrimônio da fundação:

Item	Rubricas	12.2021	12.2020
<b>Planos de Benefícios</b>		<b>(1.797)</b>	<b>159</b>
1	Valores a Receber do PGA	171	159
2	Participação no Plano de Gestão Administrativa - PGA	16.205	13.463
3	Valores a Pagar para o PGA	(1.964)	0
4	Custeio Administrativo dos Investimentos	(4)	0
5	Participação no Fundo Administrativo - PGA	(16.205)	13.463
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>		<b>1.797</b>	<b>(159)</b>
6	Sobrecarga Administrativa	1.964	0
7	Custeio Administrativo dos Investimentos	4	0
8	Valores a Pagar para o Plano de Benefícios BD	(171)	(159)

### Registros contábeis no Plano de Benefícios

(1) Ativo - Gestão Previdencial - o saldo de R\$ 171 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 159 em 31 de dezembro de 2020) referente a valor a receber do Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativo às contribuições dos empregados descontadas em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano BD em janeiro de 2022.

(2) Ativo - Gestão Administrativa - o valor de R\$ 16.205 em 31 de dezembro de

2021 (R\$ 13.463 em 31 de dezembro de 2020) referente à participação no Plano de Gestão Administrativa, registrado no ativo do Plano BD, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabelece a PREVIC (contrapartida da conta 2.03.02.02.02).

(3) Passivo – Gestão Previdencial – o saldo de R\$ 1.964 em 31 de dezembro de 2021 é referente à diferença entre o valor repassado em adiantamento e o valor devido de sobrecarga administrativa (folha de dezembro e de 13º das patrocinadoras), a ser repassado ao PGA pelo plano BD em janeiro de 2022.

(4) Passivo – Investimentos – o saldo de R\$ 4 em 31 de dezembro de 2021 é referente ao custeio administrativo devido ao PGA pelo Plano PFS em janeiro de 2022.

(5) Passivo - Fundo Administrativo - o valor de R\$ 16.205 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 13.463 em 31 de dezembro de 2020) referente à participação no Fundo Administrativo - PGA, registrado no passivo do Plano BD, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabelece a PREVIC (contrapartida da conta 1.02.02.03).

Registros contábeis no Plano de Gestão Administrativa – PGA

(6) Ativo – Gestão Administrativa – o saldo de R\$ 1.964 em 31 de dezembro de 2021 é referente à diferença entre o valor repassado em adiantamento e o valor devido de sobrecarga administrativa (folha de dezembro e de 13º das patrocinadoras), a ser repassado ao PGA pelo plano BD em janeiro de 2022.

(7) Ativo – Investimentos – o saldo de R\$ 4 em 31 de dezembro de 2021 é referente ao custeio administrativo devido ao PGA pelo Plano PFS em janeiro de 2022.

(8) Passivo - Gestão Administrativa - o saldo de R\$ 171 em 31 de dezembro de

2021 (R\$ 159 em 31 de dezembro de 2020) referente a valor a receber do Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativo às contribuições dos empregados descontadas em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano BD em janeiro de 2022.

### **3 Resumo das principais práticas contábeis**

Apresentamos a seguir, as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, que foram elaboradas em atendimento a Instrução Normativa Previc nº 31 de 20 de agosto de 2020, que estabelece norma específica para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, respectivamente e em atendimento à ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas EFPC.

#### **3.1 Apuração de resultados – Superávit técnico/déficit técnico**

O resultado do Plano BD até 31 de dezembro de 2021 foi apurado pelo regime de competência e do Plano PFS foi apurado pelo regime caixa.

#### **3.2 Investimentos**

##### **• Títulos públicos, créditos privados, depósitos e fundos de investimentos**

Considerando as disposições das Resoluções CNPC nº 37, de 13 de março de 2020, e CNPC nº 38, de 29 de julho de 2020, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

(i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem ne-

gociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i) acima são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (ii) acima são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

##### **• Imobiliários**

A partir do exercício de 2019, os Imóveis são reavaliados anualmente, conforme determina a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e Instrução Previc nº 31 de 20 de agosto de 2020, desta forma, não sendo mais necessário os cálculos com depreciação.

##### **• Operações com participantes**

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,7% ao mês, com incidência ainda do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, na forma da legislação vigente e de taxa de cobertura de risco.

##### **• Provisão para perdas**

Constituída considerando a avaliação de riscos de crédito em investimentos re-

alizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

### **3.3 Permanente**

É composto pelo ativo imobilizado e intangível, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

#### **• Imobilizado**

Depreciação anual de 10% para móveis e utensílios e para máquinas e equipamentos (10 anos) e 20% para computadores e periféricos (5 anos), calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição e o Intangível sua amortização ocorre pela taxa de 20% ao ano.

Desde agosto/2019 com base na deliberação da Conselho Deliberativo da Entidade por meio da RCD nº 013/2019, os bens adquiridos pela Fibra com valor abaixo de R\$ 3.000,00 passaram a ser considerados como despesa, e acima desse valor e com vida útil superior a 2 (dois) anos serão considerados como imobilizados conforme sua nomenclatura.

### **3.4 Exigível operacional**

São demonstrados os valores a título de benefícios a pagar, retenções a recolher além de compromissos do Planos de Benefícios assumidos junto a terceiros conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

### **3.5 Exigível contingencial**

A Fibra é parte em processos no âmbito do judiciário, nas esferas do direito tri-

butário, civil, e trabalhista que se encontram em diversos estágios de julgamento. As causas impetradas contra a Entidade são classificadas em função do risco de perda, tendo o seguinte tratamento contábil:

- (i) Para as causas com risco de perda "provável" são constituídas provisões;
- (ii) As causas com risco de perda "possível" são objeto de divulgação;
- (iii) As causas com risco de perda "remoto" não são objeto para constituição de provisões ou divulgação.

As provisões contábeis relativas aos processos judiciais são constituídas por valores atualizados periodicamente, conforme demonstradas no quadro da Nota nº 8, para representar a melhor estimativa de desembolsos futuros, baseadas em relatórios emitidos pelas assessorias jurídicas da Entidade. Todavia, vale salientar que não é possível informar o momento exato dos pagamentos relacionados aos processos judiciais na data de elaboração das Demonstrações Contábeis, uma vez que estão condicionados à execução dos processos em trâmite nas diversas esferas judiciais.

Os valores registrados no exigível contingencial, relativos à Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF no Grupo Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados pelos valores históricos atualizados (Nota Explicativa 7).

### **3.6 Provisões matemáticas**

As provisões matemáticas do Plano BD são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos da consultoria atuarial externa Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., contratada pela entidade, e as provisões Matemáticas do Plano PFS são determinadas com base no saldo de conta dos participantes, segundo cálculos realizado em sistema de gestão previdencial Sinqia Prev.net, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e/ou aos seus beneficiários.

### 3.6.1 Métodos de financiamentos e hipóteses atuariais utilizadas nas reavaliações atuariais

A entidade adota para o Plano BD o regime de capitalização e o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos ao Auxílio Reclusão e ao Benefício Especial Temporário por Morte, que são avaliados pelo regime de capital de cobertura e ao Auxílio Funeral e a devolução de contribuição a designado, pelo regime de repartição simples.

Para o Plano PFS é adotado o regime de capitalização, sendo os benefícios ajustados ao saldo de contribuição dos participantes para o cálculo das provisões matemáticas, que tem como base o saldo de conta dos participantes e atualizados pela cota patrimonial mensal, conforme apresentamos a seguir:

Acompanhamento Mensal da COTA PFS			
	Valor Cota R\$	Rentabilidade Contábil Mês	Rentabilidade Contábil Acumulada
Janeiro/2021	0,997624460	-0,238%	-0,238%
Fevereiro/2021	0,998736589	0,111%	-0,126%
Março/2021	1,007808795	0,908%	0,781%
Abril/2021	1,014156126	0,630%	1,416%
Mai/2021	1,020474544	0,623%	2,047%
Junho/2021	1,022435447	0,192%	2,244%
Julho/2021	1,027021840	0,449%	2,702%
Agosto/2021	1,028716812	0,165%	2,872%
Setembro/2021	1,030092012	0,134%	3,009%
Outubro/2021	1,033069139	0,289%	3,307%
Novembro/2021	1,033907427	0,081%	3,391%
Dezembro/2021	1,045505639	1,122%	4,551%
<b>Acumulado ano</b>	<b>1,045505639</b>	<b>4,55%</b>	<b>4,55%</b>

Para o Plano BD as provisões matemáticas até novembro de 2021 foram atualizadas por recorrência e a dezembro de 2021 foi realizada nova Avaliação Atuarial, conforme Nota Técnica Atuarial, utilizando as seguintes hipóteses atuariais, conforme aprovação do Conselho Deliberativo, por meio da Resolução nº 17, de 25 de outubro de 2021, conforme quadro abaixo atualizado em 31 de dezembro 2021:

Item	Hipóteses Atuariais	2021	2020
1	Taxa Real de Juros	5,09%	5,09%
2	Reajuste Salarial	10,67% (IPCA nov/20 a out/21)	3,92% (IPCA nov/19 a out/20)
3	Crescimento Real de Salário	Escala logística (dez/05 a dez/20, com média de 3,01%a.a.)	Escala logística (dez/03 a dez/18, com média de 2,83%a.a.)
4	Fator de Capacidade de Benefício	98,20%	98,20%
5	Rotatividade	Escala Polinomial de 2º grau (dez/04 a dez/19, com média de 0,12%)	Escala Polinomial de 2º grau (dez/04 a dez/19, com média de 0,12%)
6	Tábua de Mortalidade Geral	AT- 2012 Mista (75%Masc 25%Fem)	AT- 2012 Mista (75%Masc 25%Fem)
7	Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT- 83 desagravada em 10%	AT- 83 desagravada em 10%
8	Tábua de Entrada em Invalidez	<i>LIGHT FRACA</i>	<i>LIGHT FRACA</i>
9	Composição Familiar	Família Média de dez/19 – HX (12) para ativos e Família Efetiva para assistidos	Família Média de dez/19 – HX (12) para ativos e Família Efetiva para assistidos

1. Taxa real de juros para cálculo de desconto atuarial;
2. IPCA – indexador utilizado pelos patrocinadores;
3. Expressa o crescimento real de salário ao longo da carreira dos participantes do Plano BD;
4. Fator atuarial que reflete a perda do poder aquisitivo do benefício entre duas datas sucessivas, com base na última reavaliação atuarial;
5. Expressa as saídas do Plano BD sem benefícios ao longo dos anos futuros dos participantes do Plano BD;
6. Base atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na expectativa de vida e morte do participante;
7. Base atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na experiência de mortalidade de inválidos;
8. Base atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na experiência de entrada em invalidez;
9. Base atuarial para cálculo de rendas futuras de reversão de benefício em pensão por morte de participante ativo ou aposentado.

#### • **Benefícios concedidos**

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do Plano BD com os compromissos futuros da entidade para com os atuais participantes e assistidos, que se encontram em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, aposentadorias, pensões e Benefício Especial Temporário por Morte (BETM).

#### • **Benefícios a conceder**

A provisão de benefícios a conceder representa o valor atual dos compromissos líquidos futuros da entidade para com os atuais participantes que ainda não se encontram em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, é o valor atual dos benefícios futuros, líquido do valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes.

#### • **Provisões matemáticas a constituir**

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço passado, vinculado à Previdência Social dos participantes fundadores, conforme estabelece o inciso II do Artigo 19, do Regulamento do Plano de Benefícios BD da Fibra. A metodologia de cálculo da Provisão Matemática a Constituir, bem como a atualização de seu saldo devedor, foi elaborada pelo atuário responsável quando da constituição do Plano BD e aplicada deste então. O detalhamento do cálculo das provisões matemáticas a constituir é o seguinte:

**(a) Cálculo original:** montante apurado na criação da Fundação, considerando a massa de participantes e as premissas atuariais vigentes àquela época, que resultou em um custo suplementar a amortizar em 40 anos, correspondente a 2,32% do total da folha de remuneração dos empregados dos patrocinadores;

**(b) Prazo de amortização:** de 480 meses a contar da data de constituição da Fundação, em abril de 1988;

**(c) Valor das parcelas:** valor correspondente à aplicação de taxa Suplementar de 2,32% sobre a folha de salários dos empregados dos patrocinadores ITAIPU Binacional e Fibra.

**(d) Data de vencimento das parcelas:** a data de vencimento das parcelas destinadas à cobertura da provisão matemática a constituir é até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, conforme estabelece o artigo 20 do Regulamento do Plano de Benefícios BD da Fundação;

**(e) Penalidade por atraso no pagamento das parcelas mensais:** de acordo com o §1º do Artigo 21 do Regulamento do Plano de Benefícios BD, no caso de atraso no pagamento das parcelas mensais destinadas a dar cobertura à provisão matemática a constituir, os encargos serão calculados da seguinte forma: multa de 2% sobre a totalidade do débito, sem prejuízo da atualização monetária e juros reais mensais de 0,5%, calculados pro rata dia ou encargos correspondentes às exigências atuariais de rentabilidade, o que for maior;

**(f) Taxa de Juros do recálculo atuarial anual:** para fins de apuração do valor a ser contabilizado anualmente como saldo devedor utiliza-se a mesma taxa vigente nos cálculos atuariais, que em 31 de dezembro de 2021 corresponde a 5,09% ao ano; e

**(g) Saldo Devedor:** o saldo devedor é reavaliado anualmente pelo cálculo da anuidade que leva em conta a taxa de juros atuarial vigente, a folha de pagamentos com crescimento salarial e o número de parcelas de pagamento da dívida até sua extinção.

### **3.7 Fundos**

#### **3.7.1 Plano de Gestão Administrativa – PGA**

#### • **Permanente**

Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos da gestão administrativa dos recursos da gestão previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

#### • **Financeiro**

A contribuição para atender aos gastos administrativos da Fibra, está prevista no item IV do art. 19 do Regulamento do Plano de Benefícios BD. As contribuições do patrocinador ITAIPU Binacional para a entidade são de 15% do total da receita de contribuições do Plano. Eventuais sobras, entre a referida contribuição e o valor efetivamente realizado, são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo para custeio futuro, conforme previsto no Capítulo VII do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Resolução nº 23, de 26 de outubro de 2020 (Notas Explicativas 3.9 e 11.1).

Para o Plano Família Itaipu Setorial o custeio administrativo aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Resolução nº 10 de 12 de março de 2021, é de 0,0747% ao mês, cobrado sobre o saldo de conta total dos participantes ativos e assistidos, sendo revertido para o Plano de Gestão Administrativa, compondo desta forma o montante do Fundo Administrativo.

#### **3.7.2 Investimentos**

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas. Esses valores são cobrados na operação com participante a título de seguro, com alíquota calculada atuarialmente. Em 2021, o Parecer JM/1481/2021, de 04 de agosto de 2021, relativo ao Estudo de Suficiência do Fundo de Garantia de

Empréstimos da Fibra (seguro dos empréstimos) apontou para um Índice de Suficiência de 2,97 vezes (3,03 vezes em 2020). Este estudo é revisado anualmente.

#### **3.8 Recursos do Plano de Gestão Administrativa – PGA**

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na gestão previdencial e transferidos desta para a gestão administrativa para cobertura das despesas administrativas, conforme estabelece as normas da PREVIC.

#### **3.9 Custeio Administrativo – PGA**

O Conselho Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabeleceu as regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribuiu ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes para o custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma política de investimentos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA, a exemplo do que ocorre com o Plano de Benefícios.

De acordo com o Regulamento do PGA - Plano de Gestão Administrativa da Fibra, aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Resolução nº 23, de 26 de outubro de 2020, os recursos do Fundo Administrativo poderão ser utilizados para fins de custeio de Despesas Administrativas, para reversão ao Plano Previdencial, observados os limites estabelecidos, e para a cobertura de gastos com prospecção e fomento.

Com base nos critérios previsto no citado Regulamento, o saldo do fundo administrativo será revisto a cada 3 anos e poderá, mediante aprovação pelo Conselho



Deliberativo, ser revertido para o Plano Previdencial. Em 2020 o Conselho Deliberativo, por meio da RCD nº 006/2021, de 12 de fevereiro de 2021 deliberou pela não reversão do excedente do Fundo Administrativo para o Plano de Benefícios BD.

O Conselho Deliberativo, por meio da RCD nº 23/2021, aprovou a destinação de R\$ 140 para o fundo compartilhado, visando suportar a cobertura de gastos com prospecção, elaboração e fomento do Plano PFS, ficando seu saldo em 31 de dezembro 2021 neste valor.

Conforme previsto no Regulamento do PGA, o Conselho Deliberativo, por meio da RCD nº 024/2021, de 10 de dezembro de 2021 aprovou para o exercício de 2022, os seguintes indicadores e metas da Gestão Administrativa:

**(a) Taxa de administração hipotética** - Fórmula [(Despesas Administrativas Totais/Recursos Garantidores) x 100]. Seu objetivo é mensurar a relação das Despesas Administrativas sobre os Recursos Garantidores da Fibra. A meta para 2021 para este indicador era ficar abaixo de 0,6% e foi realizado até 0,37% em 31 de dezembro de 2021 (0,43% em 31 de dezembro de 2020);

**(b) Taxa de carregamento hipotética** - Fórmula [(Despesas Administrativas Totais / (Contribuições + Benefícios)) x 100]. Seu objetivo é medir a relação das Despesas Administrativas sobre o fluxo Previdencial (Contribuições + Benefícios). A meta para 2021 era ficar abaixo de 7% e foi realizado 3,64% até 31 de dezembro de 2021 (4,04% em 31 de dezembro de 2020);

**(c) Assertividade orçamentária** - remanejamento - sua forma de controle baseia-se no acompanhamento das despesas realizadas/despesas orçadas, objetivando verificar o percentual de assertividade da execução do orçamento administrativo. A meta para 2020 era de assertividade inferior a 5% e foi realizado 3,956% até 31 de dezembro de 2021 (5,88% (\*) em 31 de dezembro de 2020).

## 4 Realizável

### 4.1 Gestão previdencial

Rubricas	2021	2020
<b>Contribuições normais e de Autopatrocinados</b>	<b>9.370</b>	<b>6.524</b>
Patrocinadores	9.258	6.424
Autopatrocinados e Participantes	112	100
<b>Contribuições extraordinárias – patrocinador ITAIPU Binacional</b>	<b>1.128</b>	<b>994</b>
Patrocinadores	1.128	994
<b>Contribuições contratadas – patrocinador ITAIPU Binacional (Nota explicativa 12)</b>	<b>498.307</b>	<b>537.850</b>
Rescisão de Dação em Pagamento	22.591	36.528
Serviço Passado – Atualização de Alíquota	97.364	110.018
Reajuste Salarial acima ACT	378.352	391.304
<b>Assistidos</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Adiantamento do Abono Anual	3	0
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>1.547</b>	<b>1.405</b>
Depósitos Judiciais/Recursais	1.547	1.405
<b>Outros Realizáveis</b>	<b>7.158</b>	<b>6.786</b>
Valores a receber do patrocinador ITAIPU - Art. 79	7.108	6.741
Adiantamentos Plano de Benefícios BD	50	45
Seguro - Autopatrocinados	0	0
<b>Total</b>	<b>517.513</b>	<b>553.559</b>

### 4.2 Gestão administrativa

Rubricas	2021	2020
<b>Contas a Receber</b>	<b>0</b>	<b>1.619</b>
Sobrecarga Administrativa – patrocinador	0	1.619
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>46</b>	<b>16</b>
Adiantamentos	46	16
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>8.431</b>	<b>7.477</b>
Depósitos Judiciais – PIS	1.179	1.045
Depósitos Judiciais – COFINS	7.252	6.432
<b>Outros Valores</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
Tributos a Compensar	8	8
<b>Total Gestão Administrativa</b>	<b>8.485</b>	<b>9.120</b>

### 4.3 Gestão Investimentos

Composição analítica da carteira de investimentos do Plano BD, Plano PFS e do PGA

Tipo de Investimentos	2021		2020	
	Custo	Valor Contábil	Custo	Valor Contábil
<b>Títulos Públicos</b>	<b>2.257.318</b>	<b>3.448.366</b>	<b>2.015.358</b>	<b>3.071.292</b>
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>30.996</b>	<b>39.983</b>	<b>154.419</b>	<b>172.556</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e LFT - Plano BD	30.996	39.983	154.419	166.466
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e LFT - Plano PGA	-	-	5.997	6.089
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>2.226.322</b>	<b>3.408.383</b>	<b>1.860.939</b>	<b>2.898.736</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e C - Plano BD	2.226.322	3.408.383	1.860.939	2.898.736
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>940.685</b>	<b>978.992</b>	<b>853.814</b>	<b>949.957</b>
Absolute EP AL Global FICFIM - Plano BD	30.000	31.665	30.000	30.271
Absolute EP AL Global FICFIM - Plano PFS	134	139	-	-
Access USA C FIA IE - Plano PFS	70	82	-	-
Access USA C FIA IE - Plano BD	10.000	13.789	10.000	10.256
Apex Equity HED FIM - Plano BD	-	-	30.000	30.750
AZ Quest Luce FIC FIRF CP LP - Plano BD	26.913	27.090	105.792	106.302
AZ Quest Luce FIC FIRF CP LP - Plano PFS	1.215	1.268	-	-
AZ Quest Luce FIC FIRF CP LP - Plano PGA	5.539	5.781	6.656	6.752
BB Multimercado BlackRock IE FI - Plano BD	-	-	7.477	13.743
BB AÇÕES GLOB INDEX- Plano BD	71.119	80.214	-	-
BB Multimercado Global Select IE FI - Plano PFS	200	223	-	-
BB Multimercado Global Select IE FI - Plano BD	20.092	70.439	20.092	53.223
BB Multimercado Schroder IE FI - Plano PFS	168	188	-	-
BB Multimercado Schroder IE FI - Plano BD	40.000	54.023	40.000	41.279
BR Energias Renováveis I - Plano BD	30.000	3.259	30.000	6.332
BRASIL30 INST FICFIA - Plano BD	18.023	13.628	-	-
BRASIL30 INST FICFIA - Plano PFS	4	3	-	-
BRZ Crédito Privado FIM - Plano BD	3.136	3.998	3.136	1648
Claritas Long Short FIC FIM - Plano PFS	244	248	-	-
Claritas Long Short FIC FIM - Plano BD	28.500	31.405	28.500	30.156
Constellation Inst FIC FIA - Plano BD	31.500	26.127	31.500	35.799
Empreendedor Brasil FMIEE - Plano BD	9.800	9.570	9.800	8.279
Hix Capital Inst FIA - Plano PFS	18	17	-	-
Hix Capital Inst FIA - Plano BD	6.500	6.595	6.500	7.613
Ibiuna Hedge FICFIM - Plano BD	23.250	25.825	23.250	23.968
Ibiuna Hedge FICFIM - Plano PFS	135	143	-	-
Indi FIC FIA - Plano BD	31.500	26.804	31.500	35.007
Indi FIC FIA - Plano PFS	44	36	-	-
Ishares BOVA 11 - Plano BD	186.645	198.514	89.691	136.870
Ishares BOVA 11 - Plano PFS	267	255	-	-
Ishares PIBB 11 - Plano BD	23.458	49.794	23.458	55.563
Ishares PIBB 11 - Plano PFS	89	80	-	-
Kinea Chronos FIM - Plano BD	30.000	34.173	30.000	32.888
Leblon Ações II FIC - Plano BD	30.000	25.892	30.000	33.435
Leblon Ações II FIC - Plano PFS	25	20	-	-
Logística Brasil FIP - Plano BD	20.000	5.458	20.000	10.343
Moat Capital FIC FIA - Plano BD	31.500	28.562	31.500	35.558
Navi Long Short FIM - Plano BD	20.000	22.945	20.000	21.553
Neo Capital Mezanino II - Plano BD	9.876	2.034	9.819	4.637
Occam Rent. Absoluta FIC FIM - Plano PFS	197	198	-	-
Occam Rent. Absoluta FIC FIM - Plano BD	23.250	24.525	23.250	23.727
Oceana Sel 30 FICFIA - Plano BD	10.000	11.667	10.000	13.062
Ória Tech 1 FIP - Plano BD	10.000	13.194	9.903	17.572
P2 Brasil Infraestrutura III FIC FIP - Plano BD	12.341	20.949	12.341	16.784
Pátria Real Estate II - Plano BD	17.074	2.771	17.074	4.378
Pátria Special Opportunities I - Plano BD	11.290	109	11.290	35
Safra Capital Market Premium RF REF DI CP - Plano BD	23.937	24.196	-	-
Safra Capital Market Premium RF REF DI CP - Plano PFS	1.188	1.218	-	-
Safra Capital Market Premium RF REF DI CP - Plano PGA	3.486	3.589	-	-

Santander Renda Fixa CP Crescimento Institucional LP - Plano BD	8.715	8.810	-	-
Santander Renda Fixa CP Crescimento Institucional LP - Plano PFS	570	591	-	-
Santander Renda Fixa CP Crescimento Institucional LP - Plano PGA	2.064	2.091	-	-
Sul America Exclusive FI RDI - Plano PGA	48	50	4.174	4.198
Terra Viva - Plano BD	4.930	1	4.913	1
TRUXT I VALOR IN FIA - Plano BD	21.000	15.698	-	-
TRUXT I VALOR IN FIA - Plano PFS	34	27	-	-
Vokin GBV ACON FICA - Plano BD	35.000	33.113	10.000	11.330
Vokin GBV ACON FICA - Plano PFS	78	78	-	-
Votorantim FI Institucional RF - Plano PFS	1.108	1.145	-	-
Votorantim FI Institucional RF - Plano PGA	2.950	3.100	626	630
Votorantim FI Institucional RF - Plano BD	11.461	11.586	69.072	69.400
XP Investor 30 FICFIA - Plano BD	-	-	12.500	16.613
<b>Imobiliário - Plano BD</b>	<b>11.701</b>	<b>66.128</b>	<b>11.701</b>	<b>68.701</b>
Aluguéis e Renda	11.701	66.128	11.701	68.701
<b>Operações com Participantes - Plano BD</b>	<b>-</b>	<b>90.155</b>	<b>-</b>	<b>85.981</b>
Empréstimos *	-	90.155	-	85.981
<b>Depósitos Judiciais de Investimentos - Plano BD</b>	<b>52.017</b>	<b>151.856</b>	<b>52.017</b>	<b>151.856</b>
<b>Total dos investimentos</b>	<b>3.261.721</b>	<b>4.735.497</b>	<b>2.932.890</b>	<b>4.327.787</b>

\*Em relação aos empréstimos por não se tratar de ativo com precificação, o custo de aquisição informado é zero.

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. A Fundação possui contrato com o Banco Bradesco S.A para atuar como custodiante das diversas carteiras de investimentos e os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, SELIC ou CBLIC, conforme o caso.

Os títulos públicos da carteira do Plano BD em 31 de dezembro de 2021 possuem os seguintes vencimentos:

Prazos	Títulos para negociação				Títulos mantidos até o vencimento				Total Carteira
	Plano BD	PGA	PFS	Soma	Plano BD	PGA	PFS	Soma	
Até 60 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 61 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 181 a 365 dias	-	-	-	-	77.035	-	-	77.035	77.035
Acima de 360 dias	39.983	-	-	39.983	3.331.348	-	-	3.331.348	3.371.331
<b>Soma</b>	<b>39.983</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.983</b>	<b>3.408.383</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.408.383</b>	<b>3.448.366</b>

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria.

Na carteira de Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), as variações no valor das cotas observadas ao longo do exercício de 2021 resultaram em resultado agregado de -3,10% para estes FIPs no ano (em 2020 o resultado agregado

dos FIP's foi de -12,64%). Tais variações foram decorrentes de reavaliação dos ativos componentes das carteiras dos fundos FIP Terra Viva, Pátria Real Estate II FIC FIP, Pátria Special Opportunities I FIC FIP, Oria Tech I FIP e Brasil Energia Renovável I FIP.

Na carteira de Fundos de Renda Fixa do Plano de Gestão Administrativa - PGA, está contemplado o montante de R\$ 50 (posição em 31 de dezembro de 2020) referente aos recursos oriundos do Convênio nº 4500057702 repassados pela ITAIPU para a construção da sede da Fibra em Foz do Iguaçu, conforme instrumento particular firmado entre as partes em maio 2020. Este recurso está contabilizado na gestão de investimentos em Outros Realizáveis (conta contábil 1.2.3.9.00), segregado do patrimônio da entidade. Ao final do projeto será feita a prestação de contas junto à Itaipu Binacional.

#### 4.4 Imobiliários

A entidade procedeu, em novembro de 2021, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes "Cushman & Wakefield." O método de avaliação utilizado foi o "Método comparativo direto de dados de mercado e capitalização da renda", conforme a norma brasileira de bens imóveis ABNT NBR 14653 (parte 1 a 4), fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor. O resultado da reavaliação dos imóveis foi contabilizado no exercício de 2021.

O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2021, está a seguir demonstrado:

Imóvel	Saldo em dez/2020	Realocação jan/2021	Reavaliação nov/2021	Varição Alugueis a Receber	Saldo em dez/2021
Edificações de uso próprio	2.254	(2.254)	-	-	-
Edificações locadas à patrocinadora	-	-	-	-	-
Edificações locadas a terceiros	66.446	2.254	2.574	2	66.128
Direitos de Alienação	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>68.700</b>	<b>-</b>	<b>2.574</b>	<b>2</b>	<b>66.128</b>

#### 4.5 Ajuste de precificação dos títulos públicos federais – Res. CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018 e Portaria PREVIC nº86, de 01 de fevereiro de 2019.

A Resolução CNPC 30, de 10 de outubro de 2018, revogou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, e estabeleceu condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A PREVIC emitiu, em 30 de novembro de 2018, a Instrução nº 10, tratando das questões da Resolução CNPC nº 30/2018, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Conforme Art. 2º - V, da Resolução CNPC nº 30/2018, o ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,09% e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos, em 31 de dezembro 2021 resultou em um valor positivo de R\$ 338.947 (R\$ 324.056 em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstrativo a seguir:

Descrição	Taxa Aquisição	Data Aquisição	Taxa Atuarial	Vencimento	Quantidade	Valor Aplicado	Valor Contabil	Valor pela Taxa Atuarial	Ajuste de Precificação
NTN-B	5,6890%	28/08/2014	5,09%	15/05/2023	10.000	25.509	38.499	38.212	287
NTN-B	5,6890%	28/08/2014	5,09%	15/05/2023	3.000	7.653	11.550	11.464	86
NTN-B	6,5110%	24/07/2015	5,09%	15/05/2023	10.000	26.297	38.499	37.825	674
NTN-B	6,8115%	29/07/2015	5,09%	15/05/2023	10.000	25.881	38.499	37.686	814
NTN-B	7,2995%	25/08/2015	5,09%	15/05/2023	10.000	25.400	38.499	37.460	1.039
NTN-B	6,9501%	12/06/2008	5,09%	15/05/2035	20.917	32.510	86.455	73.412	13.044
NTN-B	7,7505%	10/12/2008	5,09%	15/05/2035	10.000	14.560	41.333	32.805	8.528
NTN-B	7,6100%	15/12/2008	5,09%	15/05/2035	10.000	14.816	41.333	33.193	8.140
NTN-B	7,0309%	16/04/2009	5,09%	15/05/2035	11.131	18.324	46.007	38.797	7.210
NTN-B	6,4519%	18/06/2009	5,09%	15/05/2035	21.170	36.934	87.501	77.554	9.948
NTN-B	6,4519%	18/06/2009	5,09%	15/05/2035	10.575	18.450	43.709	38.740	4.969
NTN-B	6,6192%	22/10/2009	5,09%	15/05/2035	10.794	19.058	44.614	38.975	5.639
NTN-B	6,6192%	22/10/2009	5,09%	15/05/2035	6.396	11.293	26.436	23.095	3.342
NTN-B	6,6312%	06/11/2009	5,09%	15/05/2035	10.000	17.699	41.333	36.071	5.262
NTN-B	7,5366%	21/01/2016	5,09%	15/05/2035	10.000	24.053	41.333	33.396	7.936
NTN-B	6,1070%	09/06/2016	5,09%	15/05/2035	10.000	28.763	41.333	37.753	3.580
NTN-B	5,7890%	06/06/2017	5,09%	15/05/2035	10.000	30.830	41.333	38.826	2.507
NTN-B	7,6475%	06/12/2006	5,09%	15/05/2045	10.000	12.985	42.696	31.542	11.154
NTN-B	6,8096%	11/06/2008	5,09%	15/05/2045	10.000	15.636	42.696	34.650	8.046
NTN-B	6,8001%	12/06/2008	5,09%	15/05/2045	10.377	16.256	44.306	35.998	8.308
NTN-B	7,4500%	15/12/2008	5,09%	15/05/2045	10.000	14.829	42.696	32.233	10.463
NTN-B	7,5400%	15/12/2008	5,09%	15/05/2045	10.000	14.664	42.696	31.914	10.782
NTN-B	7,0505%	16/04/2009	5,09%	15/05/2045	11.309	18.324	48.285	38.120	10.165
NTN-B	7,0000%	15/05/2009	5,09%	15/05/2045	10.000	15.928	42.696	33.904	8.792
NTN-B	6,4207%	18/06/2009	5,09%	15/05/2045	10.625	18.493	45.365	38.524	6.841
NTN-B	5,6500%	19/08/2013	5,09%	15/05/2045	10.000	24.603	42.696	39.796	2.900
NTN-B	6,1310%	09/06/2016	5,09%	15/05/2045	10.000	28.610	42.696	37.531	5.165
NTN-B	5,7600%	01/06/2018	5,09%	15/05/2045	10.000	31.910	42.696	39.260	3.436
NTN-B	5,9500%	11/06/2018	5,09%	15/05/2045	10.000	31.232	42.696	38.360	4.336
NTN-B	5,8500%	12/06/2018	5,09%	15/05/2045	10.000	31.654	42.696	38.830	3.866
NTN-B	5,8481%	22/08/2018	5,09%	15/05/2055	10.000	32.636	43.530	38.965	4.565
NTN-B	5,9524%	27/09/2018	5,09%	15/05/2055	10.000	32.378	43.530	38.399	5.131
NTN-B	5,0900%	06/10/2021	5,09%	15/05/2055	10.000	42.923	43.530	43.530	-
NTN-B	5,0900%	06/10/2021	5,09%	15/05/2055	10.000	42.923	43.530	43.530	-
NTN-B	5,0900%	07/10/2021	5,09%	15/05/2055	10.000	42.956	43.530	43.530	-
NTN-B	5,0900%	08/10/2021	5,09%	15/05/2055	10.000	42.990	43.530	43.530	-
NTN-B	5,0900%	08/10/2021	5,09%	15/05/2055	10.000	42.990	43.530	43.530	-
NTN-B	5,0900%	08/10/2021	5,09%	15/05/2055	10.000	42.990	43.530	43.530	-
NTN-B	5,1420%	18/10/2021	5,09%	15/05/2055	5.000	21.393	21.765	21.595	170
NTN-B	5,1500%	18/10/2021	5,09%	15/05/2055	10.000	42.735	43.530	43.139	392
NTN-B	5,1430%	18/10/2021	5,09%	15/05/2055	4.000	17.112	17.412	17.274	139
NTN-B	5,1400%	18/10/2021	5,09%	15/05/2055	10.000	42.798	43.530	43.204	327
NTN-B	6,1472%	26/11/2013	5,09%	15/08/2022	10.000	23.527	38.799	38.565	234
NTN-B	6,5811%	20/02/2014	5,09%	15/08/2022	10.000	22.991	38.799	38.470	329
NTN-B	8,5013%	23/10/2008	5,09%	15/08/2024	12.412	17.683	48.932	45.317	3.615
NTN-B	6,7970%	24/03/2009	5,09%	15/08/2024	20.000	33.852	78.846	75.849	2.997
NTN-B	6,7970%	24/03/2009	5,09%	15/08/2024	10.000	16.926	39.423	37.924	1.499

NTN-B	6,2497%	22/12/2014	5,09%	15/08/2024	10.000	25.136	39.423	38.395	1.028
NTN-B	6,2601%	18/02/2015	5,09%	15/08/2024	10.000	25.063	39.423	38.387	1.036
NTN-B	6,0300%	15/02/2011	5,09%	15/08/2030	10.000	19.941	40.960	38.574	2.385
NTN-B	6,1516%	16/03/2011	5,09%	15/08/2030	10.000	19.928	40.960	38.278	2.681
NTN-B	6,1733%	17/03/2011	5,09%	15/08/2030	10.138	20.167	41.525	38.755	2.770
NTN-B	6,1738%	24/03/2011	5,09%	15/08/2030	1	2	4	4	0
NTN-B	5,9985%	07/11/2013	5,09%	15/08/2030	8.100	19.143	33.177	31.307	1.871
NTN-B	6,3082%	26/11/2013	5,09%	15/08/2030	10.000	23.050	40.960	37.904	3.055
NTN-B	6,7604%	19/02/2014	5,09%	15/08/2030	5.000	11.060	20.480	18.424	2.056
NTN-B	6,7707%	20/02/2014	5,09%	15/08/2030	10.000	22.112	40.960	36.822	4.138
NTN-B	6,2998%	19/12/2014	5,09%	15/08/2030	10.000	24.849	40.960	37.923	3.036
NTN-B	6,2850%	10/02/2015	5,09%	15/08/2030	10.000	25.510	40.960	37.959	3.001
NTN-B	6,3500%	12/02/2015	5,09%	15/08/2030	10.000	25.396	40.960	37.804	3.155
NTN-B	6,2900%	18/02/2015	5,09%	15/08/2030	10.000	24.828	40.960	37.947	3.013
NTN-B	6,2656%	27/02/2015	5,09%	15/08/2030	10.000	25.046	40.960	38.004	2.955
NTN-B	6,3296%	06/03/2015	5,09%	15/08/2030	10.000	25.007	40.960	37.852	3.108
NTN-B	6,5000%	13/03/2015	5,09%	15/08/2030	10.000	24.718	40.960	37.450	3.509
NTN-B	6,1000%	15/04/2010	5,09%	15/08/2040	10.142	19.315	43.283	38.801	4.482
NTN-B	6,2904%	10/06/2010	5,09%	15/08/2040	10.351	19.581	44.175	38.817	5.358
NTN-B	5,4999%	21/12/2011	5,09%	15/08/2040	10.000	22.954	42.677	40.799	1.878
NTN-B	5,4998%	22/12/2011	5,09%	15/08/2040	10.000	22.964	42.677	40.799	1.878
NTN-B	5,5000%	12/06/2013	5,09%	15/08/2040	7.850	19.628	33.501	32.027	1.474
NTN-B	5,5000%	12/06/2013	5,09%	15/08/2040	2.150	5.376	9.175	8.772	404
NTN-B	6,7268%	22/01/2014	5,09%	15/08/2040	10.000	22.258	42.677	35.840	6.837
NTN-B	6,1090%	30/09/2014	5,09%	15/08/2040	10.000	24.556	42.677	38.221	4.455
NTN-B	6,2300%	10/11/2014	5,09%	15/08/2040	10.000	24.505	42.677	37.737	4.939
NTN-B	6,2000%	12/12/2014	5,09%	15/08/2040	10.000	24.880	42.677	37.856	4.820
NTN-B	6,2110%	12/12/2014	5,09%	15/08/2040	10.000	24.846	42.677	37.813	4.864
NTN-B	6,5099%	17/12/2014	5,09%	15/08/2040	10.000	24.001	42.677	36.651	6.026
NTN-B	6,5250%	13/03/2015	5,09%	15/08/2040	1.300	3.160	5.548	4.757	791
NTN-B	6,1020%	13/06/2016	5,09%	15/08/2040	10.000	29.195	42.677	38.249	4.427
NTN-B	6,1000%	15/04/2010	5,09%	15/08/2050	10.151	19.314	44.396	38.765	5.631
NTN-B	6,2603%	10/06/2010	5,09%	15/08/2050	10.339	19.581	45.218	38.680	6.538
NTN-B	4,6090%	02/04/2013	5,09%	15/08/2050	10.000	28.426	43.736	46.828	- 3.092
NTN-B	4,5000%	15/05/2013	5,09%	15/08/2050	10.000	29.320	43.736	47.574	- 3.839
NTN-B	5,0397%	03/06/2013	5,09%	15/08/2050	10.000	26.987	43.736	44.042	- 307
NTN-B	5,6997%	19/08/2013	5,09%	15/08/2050	10.000	24.144	43.736	40.245	3.490
NTN-B	7,0960%	03/02/2014	5,09%	15/08/2050	10.000	21.113	43.736	33.741	9.994
NTN-B	7,5015%	21/09/2015	5,09%	15/08/2050	10.000	22.290	43.736	32.168	11.568
NTN-B	5,7867%	01/06/2018	5,09%	15/08/2050	10.000	32.343	43.736	39.783	3.952
NTN-B	5,7666%	01/06/2018	5,09%	15/08/2050	10.000	32.433	43.736	39.889	3.847
NTN-B	5,9004%	25/06/2018	5,09%	15/08/2050	20.000	64.253	87.471	78.391	9.080
Subtotal						<b>2.226.322</b>	<b>3.747.323</b>	<b>3.408.376</b>	<b>338.947</b>
Valor Contábil						<b>2.226.322</b>	<b>3.747.323</b>	<b>3.408.376</b>	<b>338.947</b>

#### **4.6 Cálculo da taxa de juros atuarial para o exercício de 2021**

Em 31 de dezembro de 2021 a taxa de juros de 5,09% foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 30, de 10 outubro de 2018, Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020, Portaria nº835, de 01 dezembro de 2020 e Portaria PREVIC nº228, de 20 de abril de 2021, para aplicação no Plano de Benefício Definido da Fibra.

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos, a "duração" do passivo do Plano de Benefícios BD da Fundação de 14,27 anos (13,94 anos em 31 de dezembro de 2020), resultou em uma taxa parâmetro de 4,81% ao ano (5,37% em 31 de dezembro de 2020), com intervalo de 3,37% a.a. como limite inferior e de 5,21% a.a. como limite superior.

A adequação e a aderência da taxa de juros constam do estudo técnico elaborado pela consultoria Mercer Human Resource Consulting Ltda., confirmando a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. Consequentemente, por recomendação do consultor atuarial, houve a adoção da taxa de juros parâmetro de 5,09% ao ano, que foi utilizada na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2021 (5,09% ao ano em 31 de dezembro de 2020).

#### **4.7 Letras Financeiras do Tesouro – AL**

Em 1995 e 1996 a Fundação adquiriu Letras Financeiras do Tesouro de Alagoas – LFTAL, que não foram honradas nos respectivos vencimentos, em junho de 1997, 1999 e 2000, ocasião em que, foram consideradas integralmente como perda, com as devidas baixas contábeis. Devido à inadimplência, a Fundação ingressou com ação judicial, tendo obtido sentença favorável em primeira instância relativa a um dos lotes vencidos.

A União, com base inicialmente na Resolução do Senado nº 36/2000 e posteriormente na Resolução nº 53/2002, firmou contrato de refinanciamento com os credores, que resultou na troca dos Títulos Estaduais por Títulos Federais, e o consequente recebimento da dívida pela Fibra.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela consultoria jurídica, pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela Fibra e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

A estratégia jurídica sugerida pelo escritório de advocacia contratado em Brasília e adotada pela Fibra foi a de não recorrer ao STJ, fundamentado na blindagem à devolução de valores por ser terceiro de boa-fé, conforme considerado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas.

#### **4.8 Provisões CDBs de emissão do Banco Santos S.A.**

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Associate-FI administrado pelo Banco Votantim S.A. Com a extinção do fundo exclusivo, realizado pelo resgate dos ativos, este direito de crédito passou para a carteira própria, estando registrado pelo valor da habilitação na massa falida no montante de R\$18.896 com a provisão para perda do mesmo valor.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20 de setembro de 2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Nos termos autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o administrador da Massa Falida do Banco Santos S.A. distribuiu aos credores, em 2010, o valor correspondente a 30% do valor da habilitação na massa falida.

Em função da decisão, a Fibra recebeu R\$ 914 em março de 2021 no sétimo rateio, totalizando, até o momento, recebimentos da ordem de R\$ 11.161, ou, 63,55% do valor de habilitação da massa falida. O saldo remanescente da provisão é de R\$ 6.398, em 31 de dezembro de 2021.

O escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, contratado da Fibra, acompanha o processo e eventualmente poderá sugerir outras medidas a serem adotadas.

## 5 Permanente

### 5.1 Composição do ativo imobilizado

Rubricas	2021	2020
<b>Bens Imóvel</b>	<b>1.703</b>	<b>1.149</b>
<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>739</b>	<b>0</b>
Custo de Aquisição	796	0
(-) Depreciações acumuladas	(57)	0
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>369</b>	<b>0</b>
Custo de Aquisição	398	0
(-) Depreciações acumuladas	(29)	0
<b>Computadores e Periféricos</b>	<b>123</b>	<b>168</b>
Custo de Aquisição	309	298
(-) Depreciações acumuladas	(186)	(130)
<b>Veículos</b>	<b>76</b>	<b>0</b>
Custo de Aquisição *	102	0
(-) Depreciações acumuladas	(26)	0

<b>Imobilizado em Andamento</b>	<b>0</b>	<b>981</b>
Imobilizado em Andamento **	0	981
<b>Bens Imóveis</b>	<b>396</b>	<b>0</b>
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>396</b>	<b>0</b>
Custo de Aquisição	482	0
(-) Depreciações acumuladas	(86)	0
<b>Intangível</b>	<b>15</b>	<b>25</b>
Custo de aquisição	56	56
(-) Amortizações acumuladas	(41)	(31)
<b>Saldo do Ativo Permanente</b>	<b>1.718</b>	<b>1.174</b>

\* Recebido 2 (dois) veículos em doação, conforme DET/GB/GP/0040/21 da Itaipu Binacional de 15 de março de 2021.

\*\* A conta de Imobilizado em Andamento em 2020, refere-se à aquisição do Sistema de Climatização, Exaustão e Renovação do Ar aprovado por meio da RCD nº 28/2020 e a aquisição dos Mobiliários e Divisórias aprovado por meio da RCD nº 033/2020, ambos adquiridos para instalações na nova Sede da Entidade na cidade de Foz do Iguaçu.

## 6 Exigível operacional

Rubricas	2021	2020
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>10.613</b>	<b>9.231</b>
Benefícios a pagar – Provisões	1.447	1.306
Retenções a recolher	9.079	7.820
Recursos Antecipados	87	105
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>1.885</b>	<b>6.785</b>
Contas a Pagar (*)	1.621	2.351
Retenções a recolher – Impostos a Recolher	212	267
Convênio – Sede Foz (**)	52	4.167
<b>Investimentos</b>	<b>6.646</b>	<b>6.207</b>
Investimentos em Imóveis	44	25
Operação com Participantes	323	182
Relacionados com disponível	53	46
Retenções de Tributos a Recolher	11	0
Outras exigibilidades (***)	6.215	5.954
<b>Total Exigível Operacional</b>	<b>19.144</b>	<b>22.223</b>

(\*) O valor é composto por prestações de serviços a pagar e dos valores do imobilizado em andamento.

(\*\*) Refere-se aos recursos oriundos do Convênio nº 4500057702 repassados pela ITAIPU para a construção da sede da Fibra em Foz do Iguaçu, conforme instrumento particular firmado entre Fundação Itaipu BR de Previdência e Assistência Social e Itaipu Binacional em maio 2020.

(\*\*\*) O valor em 31 de dezembro de 2021 de honorários advocatícios é de R\$ 6.215 (R\$ 5.954 em 31 de dezembro de 2020), provisionado no balanço em "Outras Exigibilidades" dos Investimentos, corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução no 53/02 do Senado Federal, referentes às LFT-AL (Nota Explicativa 4.7).

## 7 Exigível contingencial

### 7.1 Gestão previdencial

Rubricas	2021	2020
<b>Provisões</b>	<b>14.812</b>	<b>8.059</b>
Depósitos e Bloqueio Judicial/Recursal	246	225
Ações judiciais cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 – ITAIPU	7.108	6.741
Ações judiciais não cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 do Regulamento BD	7.458	1.093
<b>(-) Depósitos Judiciais atualizados (Nota Explicativa 4.1)</b>	<b>(8.568)</b>	<b>(8.146)</b>
Depósitos Judiciais/Recursais	(1.422)	(1.405)
Créditos de ações judiciais cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 – ITAIPU	(7.146)	(6.741)
<b>Provisões Líquidas do Exigível Previdencial</b>	<b>6.244</b>	<b>(87)</b>

A maioria dos processos judiciais movidos pelos assistidos contra a Fibra ou contra o Patrocinador ITAIPU Binacional não impacta no patrimônio líquido da Fibra, pois de acordo com o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios BD, nas "hipóteses de condenação judicial, referente a ato ou omissão inerente à gestão de Recursos Humanos do Patrocinador, ou revisão administrativa promovida pelo Patrocinador, que implique majoração dos benefícios concedidos ou a conceder pela Fibra, caberá ao respectivo Patrocinador efetuar o aporte do numerário correspondente à diferença de reserva matemática, deduzida dos valores de contribuição de responsabilidade dos Participantes".

Visando estabelecer procedimento para análise das demandas judiciais de assistidos com possível impacto atuarial e conseqüentemente apurar os valores passíveis de provisionamento contábil na Fundação e no Patrocinador ITAIPU, foi expedida pelo Diretor Jurídico da ITAIPU a Determinação DET/JUD/004/12, de 07 de agosto de 2012.

No ano de 2021 ocorreu aumento na provisão das ações judiciais não cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 do Regulamento BD, decorrente de de-

terminação judicial de tutela antecipada para conceder suplementação de pensão de companheiro(a) não inscrito no Plano BD.

### 7.2 Gestão administrativa

#### 7.2.1 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Programa de Integração Social – PIS

O Supremo Tribunal Federal – STF, ao analisar a constitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, que trata da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e para o Programa de Integração Social - PIS, entendeu que somente existirá base de cálculo das mencionadas contribuições se houver faturamento, ou seja, venda de mercadorias ou de prestação de serviços ou a combinação de ambos.

A base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecida para os fundos de pensão, é lastreada na referida lei e resulta na soma do custeio administrativo (Sobrecarga Administrativa) e na remuneração do fundo administrativo, não sendo, portanto, faturamento.

Com base na decisão do STF e em parecer jurídico, a Fibra interpôs ação judicial visando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento das referidas contribuições sobre o custeio administrativo (sobrecarga administrativa e remuneração do fundo administrativo), tendo obtido liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS e do PIS, relativos a fatos geradores a partir da competência de agosto de 2008. A ação visa, ainda, a recuperação dos valores de PIS e COFINS que foram recolhidos após o encerramento das ações, relativa à anistia instituída pela MP nº 2.222/01.

Com a alteração feita pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, que alterou a legislação tributária das Pessoas Jurídicas, a ação judicial que a Fibra

movia pleiteando o não recolhimento das contribuições para o PIS/COFINS perdeu objeto. Com isso, a partir da competência de janeiro de 2015, a Fibra voltou a recolher as contribuições para PIS/COFINS. Isso porque a nova legislação prevê a cobrança dessas contribuições sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição.

Sendo assim, a consultoria JCM orientou a Fibra a não mais realizar depósito judicial das contribuições para o PIS/COFINS e passando a recolher a partir da competência de janeiro de 2015 (vencimento em 20/02/2015), diretamente à Receita Federal do Brasil, mantendo-se a base de cálculo anteriormente utilizada.

Diante do exposto acima o debate acerca da tributação ou não das EFPC permanece pendente de decisão final, não tendo o Supremo Tribunal Federal se manifestado sobre o tema.

Considerando a aproximação do prazo prescricional para fins de restituição dos primeiros valores pagos a título dos referidos tributos (20/02/2015) o escritório JCM, orientou novamente, agora sob o risco de prescrever o direito de pleitear os valores recolhidos a cada um dos primeiros meses de vigência da Lei n.º 12.973/2014, o ajuizamento de ação visando o reconhecimento do direito de não se submeter à tributação pelo PIS e pela COFINS. Desta forma FIBRA a partir de 20/12/2019 distribuiu mandado de segurança para assim voltar a depositar judicialmente os valores de PIS/COFINS. Em abril/2020 a Fibra voltou a realizar os pagamentos por meio de depósitos judiciais a União.

Quanto aos valores já depositados, persiste a discussão judicial em torno da legitimidade da cobrança das contribuições.

## 7.2.2 Composição das Provisões e Depósitos Judiciais do PGA

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos às contribuições para o PIS, para a COFINS estão a seguir demonstrados:

Rubricas	2021	2020
<b>Provisões acumuladas</b>	<b>8.533</b>	<b>7.559</b>
COFINS	7.340	6.502
PIS	1.193	1.057
<b>(-) Depósitos Judiciais atualizados (Nota Explicativa 4.2)</b>	<b>(8.431)</b>	<b>(7.477)</b>
<b>Provisões Líquidas do Exigível Administrativo</b>	<b>102</b>	<b>82</b>

## 7.3 Investimentos

### 7.3.1 Imposto de Renda – IRRF

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- Depositar judicialmente o valor original devido do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.
- Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário - RET.
- Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bitributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).



Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário, a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a consequente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foram lançados também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a Fibra recebeu da Delegacia da Receita Federal cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, de 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a Fibra.

Diante da decisão, a Fibra apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois, segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e confirmou que os depósitos judiciais efetuados garantiam a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados. O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado improcedente,

sendo que o relator alegou que, quando findo o processo judicial, a Fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

A Fundação solicitou, no Processo Judicial, o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista, que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais. O juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a Fibra o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia, no Auto de Infração foi aplicado juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto. A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

Em dezembro de 2004, a Fibra contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vem sendo defendidas judicialmente, cuja opinião é fundamental no julgamento do processo.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores jurídicos, a Fibra, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a fundação poderá, ainda, interpor Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em setembro de 2006, a Fibra obteve, por meio de seus advogados, junto à 6ª Vara Federal de Brasília, a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso a conta dos depósitos judiciais passou a ser corrigida pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo.

Resta, ainda, a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, sendo que a Fibra já pleiteou a regularização do saldo, visto que a determinação judicial é para correção anterior e futura dos depósitos judiciais.

Com a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que instituiu o REFIS IV, a Fibra reavaliou sua questão tributária tendo em vista uma eventual adesão aos benefícios propostos. Após a análise dos termos da Lei e da Portaria Conjunta nº 10, subscritas pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Receita Federal, de 9 de novembro de 2009, onde estabelece que só terão direito aos descontos previstos em lei os contribuintes que depositaram judicialmente o valor principal do tributo questionado acrescido das respectivas multas e juros, concluiu-se que a Fibra ficou impossibilitada de aderir ao REFIS IV.

Diante disso, o Conselho Deliberativo decidiu pela manutenção das ações judiciais, bem como efetuar a provisão da diferença entre o Auto de Infração Complementar e o saldo da conta judicial (atribuída à remuneração a menor da conta judicial de TR para SELIC e juros desde os fatos geradores do Auto de Infração Complementar), com base no § 2º, do artigo 12, da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004, onde estabelece que para a realização dos objetivos da EFPC "os riscos identificados devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadorismo e prudência, sendo recomendável que as prováveis perdas sejam provisionadas, antes de efetivamente configuradas".

Em 30 de novembro de 2009, a ação cautelar, na análise de mérito, foi julgada improcedente, porém com contradições, equívocos e omissões, o que levou a Fibra, com orientação de seus consultores jurídicos, apor embargos de declaração, com base no artigo 535 do Código de Processo Civil.

Diante deste julgamento desfavorável, em 22 de agosto de 2011, novos Embargos de Declaração foram opostos pela Fibra, com o objetivo de suprir a omissão da decisão acerca dos efeitos da liminar durante o período de sua eficácia, bem

como para garantir a adesão da Fibra à anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01. Em 29 de junho de 2012, foi proferida decisão que rejeitou os referidos Embargos. Com a decisão desfavorável, a Fibra interpôs Recurso de Apelação, para o qual aguarda julgamento.

Com a publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o prazo para adesão ao REFIS de tributos federais, o Conselho Deliberativo, após análise do parecer jurídico da consultoria tributária responsável pelo processo e nos cálculos realizados pela Fibra, decidiu:

- (i) Pela continuidade da estratégia jurídica em curso;
- (ii) pela não adesão ao REFIS; e
- (iii) pela não desistência da ação.

Em 23 de abril de 2014 a Fibra foi comunicada da decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais que negou provimento ao Recurso Especial e informada da insuficiência dos valores depositados judicialmente para cobrir todos os lançamentos do Auto de Infração complementar emitido pela Receita Federal, em razão dos juros incluídos neste auto de infração.

Com a decisão desfavorável, a Fibra, por meio do escritório de advocacia responsável, protocolou Embargos de Declaração, alegando contradição e erro material na decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais. Os embargos foram rejeitados. Em 08 de agosto de 2014, a Fibra recebeu a Intimação nº 727/2014, da Receita Federal do Brasil, para em 30 dias recolher o valor adicional ou apresentar medidas que suspendessem a cobrança. Como não cabiam mais recursos administrativos à decisão, a Fibra deveria, no prazo de 30 dias, pagar ou depositar judicialmente R\$ 43.000, em adição ao depósito judicial dos valores feitos em 2002. Na intimação, ainda, o Fisco concluiu que os valores depositados teriam sido suficientes para cobrir somente os fatos geradores até junho/2000, ficando os fatos posteriores em aberto, sujeitos aos juros e à multa de mora, constantes na Intimação.

Como a estratégia jurídica em curso no ano de 2002 estava limitada aos valores já depositados judicialmente àquela época, as perspectivas jurídicas eram otimistas, em face da inexistência de jurisprudência. Ao longo dos últimos anos, o governo federal vinha oferecendo incentivos para quitação de tributos, com efeitos similares ao da adesão à anistia, por meio de adesão ao REFIS.

A adesão ao REFIS não vinha sendo considerada atrativa, em função da avaliação jurídica e financeira dos riscos financeiros envolvidos e das chances de sucesso nos âmbitos administrativo e judicial, porém o risco jurídico se elevou ao longo dos últimos anos, em função das sucessivas decisões desfavoráveis nos âmbitos administrativo e judicial. Além disso, o risco financeiro também se elevou, ultrapassando o valor depositado em 2002, especialmente em função da exigência de depósito adicional constante na Intimação da Receita Federal de 08 de agosto de 2014, no valor de R\$ 43.000.

Diante disso, o Conselho Deliberativo aprovou a adesão ao REFIS, por meio da Resolução do Conselho Deliberativo – RCD 010, de 18 de agosto de 2014, cujos efeitos e posição em 31 de dezembro de 2021 dos débitos estão a seguir demonstrados:

Rubricas	2021(*)	2020
<b>Provisões Acumuladas atualizadas IRRF Anistia</b>	<b>97.247</b>	<b>97.247</b>
Provisões iniciais (valores depositados)	28.738	28.738
Encargos sobre depósitos	8.799	8.799
Atualização da provisão após REFIS	59.710	59.710
<b>IRRF RET</b>	<b>24.565</b>	<b>24.565</b>
Provisões iniciais	8.617	8.617
Atualização das provisões efetuada	15.948	15.948
<b>Subtotal das provisões acumuladas atualizadas</b>	<b>121.812</b>	<b>121.812</b>
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(151.856)	(151.856)
<b>Depósitos Judiciais excedentes as provisões</b>	<b>(30.044)</b>	<b>(30.044)</b>

(\*) O passivo contingencial de investimentos não houve alteração de posição patrimonial no exercício de 2021, pois o mesmo acompanhava a atualização dos depósitos Judiciais. Devido o enquadramento da Instrução Normativa Previc nº 31 onde os depósitos judiciais são atualizados apenas no momento de seu levantamento.

## 8 Exigível atuarial

A composição do exigível atuarial, dos Planos de Benefícios da Fibra, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e respectiva movimentação são as seguintes:

Rubricas	2021			2020		
	BD	PFS	Consolidado	BD	PFS	Consolidado
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>5.512.724</b>	<b>6.007</b>	<b>5.518.731</b>	<b>4.991.155</b>	-	<b>4.991.155</b>
Benefícios Concedidos	4.348.539	-	<b>4.348.539</b>	3.923.590	-	<b>3.923.590</b>
Benefícios definidos	4.348.539	-	<b>4.348.539</b>	3.923.590	-	<b>3.923.590</b>
Benefícios a Conceder	1.200.795	6.007	<b>1.206.802</b>	1.104.329	-	<b>1.104.329</b>
Benefícios definidos	1.200.795	-	<b>1.200.795</b>	1.104.329	-	<b>1.104.329</b>
Contribuição definida	-	6.007	<b>6.007</b>	-	-	-
(-) Provisões Matemáticas a Constituir – Serviços passados	(36.610)	-	<b>(36.610)</b>	(36.764)	-	<b>(36.764)</b>
Reservas a amortizar	(36.610)	-	<b>(36.610)</b>	(36.764)	-	<b>(36.764)</b>

## 9 Equilíbrio técnico e equilíbrio técnico ajustado

Representa os resultados realizados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados. O Déficit técnico acumulado, do Plano BD, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ (450.225) sendo que em 31 de dezembro de 2020 a posição deficitária era de R\$ (284.976). O Plano PFS não gera resultado, ou seja, seu equilíbrio técnico é sempre zero.

O Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano BD, que considera o ajuste de precificação dos títulos federais, que era de R\$ 39.080 em 31 de dezembro de 2020, passou a ser de R\$ (111.278) em 31 de dezembro de 2021.

A Resolução CNPC 30, de 10 de outubro de 2018 estabelece limites individuais de déficit e superávit para cada plano de benefícios definido, em função do prazo médio do fluxo dos benefícios de cada plano, criando uma zona de equilíbrio entre esses limites, definindo entre destinação de superávit ou equacionamento de déficit, para a parcela do resultado que estiver fora da zona de equilíbrio.

Deste modo, o equilíbrio técnico ajustado do Plano BD, de R\$ (111.278) demonstrado na Demonstração do Ativo Líquido – DAL representado, em 31 de dezembro de 2021, corresponde a um déficit de 2,02% em relação ao valor total das Provisões Matemáticas, de R\$ 5.512.724.

## 10 Fundos

### 10.1 Gestão administrativa

Em 10 de Dezembro de 2021, por meio da RCD nº 23/2021 o Conselho Deliberativo deliberou a destinação de recursos do Fundo Administrativo constituído em 2021, no montante de R\$ 140, a serem utilizados para cobertura de despesas para fomento do Plano PFS, conforme Parágrafo único do Artigo 25 da Resolução CNPC nº 43 de 06 agosto de 2021.

As constituições do Fundo Administrativo até 31 de dezembro de 2021 foram efetuadas da seguinte forma:

Rubricas	2021			2020		
	BD	PFS	Consolidado	BD	PFS	Consolidado
<b>Fundo administrativo permanente</b>	<b>1.718</b>	-	<b>1.718</b>	<b>1.174</b>	-	<b>1.174</b>
Saldo inicial	1.174	-	<b>1.174</b>	168	-	<b>168</b>
Constituição/Reversão	544	-	<b>544</b>	1.006	-	<b>1.006</b>
<b>Fundo administrativo financeiro</b>	<b>14.216</b>	<b>29</b>	<b>14.245</b>	<b>12.179</b>	-	<b>12.179</b>
Saldo anterior	12.179	-	<b>12.179</b>	12.838	-	<b>12.838</b>
Custeio administrativo do exercício	19.897	28	<b>19.925</b>	18.689	-	<b>18.689</b>
Despesas administrativas do exercício	(17.221)	-	<b>(17.221)</b>	(17.880)	-	<b>(17.880)</b>
Constituição de Contingencial	(974)	-	<b>(974)</b>	(742)	-	<b>(742)</b>
Remuneração do fundo	924	1	<b>925</b>	(310)	-	<b>(310)</b>
Constituição/Reversão do fundo administrativo do financeiro para o permanente	(544)	-	<b>(544)</b>	(1.006)	-	<b>(1.006)</b>
Constituição/Reversão do fundo administrativo do financeiro para o compartilhado	(45)	-	<b>(45)</b>	590	-	<b>590</b>
<b>Fundo administrativo compartilhado</b>	<b>140</b>	-	<b>140</b>	<b>110</b>	-	<b>110</b>
<b>Doações</b>	<b>102</b>	-	<b>102</b>	-	-	-
<b>Saldo do fundo da gestão administrativa</b>	<b>16.176</b>	<b>29</b>	<b>16.205</b>	<b>13.463</b>	-	<b>13.463</b>

### 10.2 Investimento

A alíquota do seguro do empréstimo pessoal da FIBRA, é revista anualmente pelo Atuário Responsável Técnico pelo Plano BD. A partir de abril de 2019 foi aplicada a alíquota de alíquota de 0,1029%. Em agosto de 2021 a alíquota foi mantida em 0,1029%, conforme parecer atuarial JM/1481/2021.

As constituições deste Fundo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram efetuadas da seguinte forma:

RUBRICAS	2021	2020
<b>Fundo de garantia de empréstimos</b>	<b>14.161</b>	<b>12.222</b>
Saldo anterior	12.222	10.421
Constituição do Fundo	1.106	1.110
Utilização para quitação de empréstimos	(1.298)	(660)
Remuneração do fundo	2.131	1.351

## 11 Outras contratações com o patrocinador - Itaipu

### 11.1 Rescisão de dação em pagamento - Plano BD

O "Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento" foi assinado entre a Fibra e o patrocinador ITAIPU Binacional em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC nº 17, de 11 de julho de 1996. A cópia do contrato foi remetida para a Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a Fibra e o patrocinador ITAIPU, relativa ao Plano BD, foi aprovada.

O montante contratado está sendo pago por ITAIPU em 230 parcelas. Em 2021 foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo, posteriormente, ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial - RMA, apurada anualmente, cujo ajuste em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.238 (R\$ 1.799 em 31 de dezembro de 2020). As parcelas remanescentes, referentes ao referido instrumento, somam um total de 14 parcelas.

Os efeitos desta operação no patrimônio da Fibra em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados no quadro a seguir:

<b>Outras contratações com o Patrocinador – Rescisão da Dação em Pagamento</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>36.528</b>
(-) Valores de 12 parcelas recebidas em 2021 e do ajuste atuarial de 2020	(19.798)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2021	4.623
(+) Valor do ajuste atuarial de 2021	1.238
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>22.591</b>

### 11.2 Reconhecimento de dívida patrocinadora - Plano BD

Por meio da RCA 040/87 o Conselho de Administração da ITAIPU aprovou a adoção de um sistema complementar de seguro social para os empregados da ITAIPU e definiu que constituiria a reserva matemática decorrente do reconhecimento dos serviços anteriores dos participantes fundadores, cujo pagamento se daria mediante uma contribuição extraordinária sobre a folha de pagamento de 2,32% pelo prazo de 40 anos. Os cálculos efetuados à época, para definir o percentual de 2,32%, utilizaram as premissas então vigentes. Ao longo do tempo foi necessária a atualização dessas premissas atuariais, especialmente relacionadas a longevidade e taxa de juros, majorando a reserva matemática oriunda do reconhecimento do tempo de serviços anteriores dos participantes fundadores. A cobertura integral do tempo de serviço passado dos participantes fundadores é obrigação contraída por ITAIPU em 1988, nos termos do inciso II do artigo 19 do Regulamento do Plano de Benefício BD da Fibra, cujos valores apurados atuarialmente não se restringem àqueles inicialmente calculados. Este cálculo foi atualizado em outubro de 2018, com base nas hipóteses da Avaliação Atuarial de 2017, mediante parecer atuarial JM/1958/2018.

A ITAIPU reajustou a tabela salarial com ganhos reais acima da inflação entre 2006 e 2014 (exceto 2011) que refletiram nos salários dos participantes ativos e também no reajuste dos benefícios concedidos uma vez que o artigo 33 do Regulamento do Plano de Benefícios BD da Fibra prevê que o reajuste do valor dos benefícios seja efetivado de acordo com o índice aplicado no nível de enquadramento do participante na tabela salarial do patrocinador. Os reflexos nos

salários dos ativos e nos benefícios dos assistidos majoram as reservas matemáticas de benefícios a conceder e concedidos pela Fibra. Os aumentos salariais reais acima da inflação, não previstos anteriormente em manifestação sobre hipóteses econômicas e financeiras, enquadra-se no que se titula "revisão administrativa", sendo, portanto, responsabilidade da Itaipu aportar os valores correspondentes à diferença de reserva matemática, nos termos do §1º do artigo 79 do Regulamento do Plano de Benefícios BD da FIBRA. A diferença de Reserva Matemática foi atualizada em outubro de 2018, com base nas hipóteses da Avaliação Atuarial de 2017, mediante parecer atuarial JM/1957/2018.

O escritório jurídico Cavezzale Advogados Associados emitiu em 09.10.2018 parecer que orienta sobre a obrigatoriedade de aporte pela patrocinadora dos valores apurados por meio de formalização de contrato de reconhecimento de débito.

Em 20 de dezembro de 2018, foi celebrado o Instrumento de Particular de Reconhecimento de Débitos, JD.JE/0056/2018 entre a Itaipu e a Fibra, no qual a Itaipu reconhece a responsabilidade da patrocinadora em aportar os valores relativos a diferenças de reserva matemática decorrentes da atualização das premissas atuariais do tempo de serviço passado dos Participantes Fundadores e da concessão de reajustes na tabela salarial acima da inflação, como podemos identificar o efeito da provisão deste contrato nas variações apresentadas nos quadros da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS consolidada e Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do plano de benefícios.

Os efeitos desta operação no patrimônio da Fibra em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados no quadro a seguir:

<b>Outras contratações com o Patrocinador - Reajuste Salariais</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>391.304</b>
(-) Valores de 12 parcelas recebidas em 2021	(74.234)
(+) Valor da atualização e juros da d�vida em 2021	61.282
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>378.352</b>

<b>Outras contratações com o Patrocinador - Serviç�s Passado</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>110.019</b>
(-) Valores de 12 parcelas recebidas em 2021	(29.202)
(+) Valor da atualização e juros da d�vida em 2021	16.549
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>97.364</b>

A ITAIPU poderá antecipar o pagamento de qualquer parcela vincenda do débito, desde que comunicada expressamente à FIBRA, observada a atualização monetária devida até a data da efetiva quitação.

## **12 Partes relacionadas**

As partes relacionadas da Fibra foram definidas como Participantes, a Patrocinadora e órgãos de governanç , compostos pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, Comit  de Investimentos Conselho Fiscal. Até a data base de 31 de dezembro de 2021, as operações com as partes relacionadas foram constituídas de contribuições, eventuais impactos atuariais e contribuições contratadas. Essas operações estão divulgadas nas Notas explicativas 4.1 e 4.2.

## **13 Remuneração dos diretores e conselheiros da Entidade**

Conforme Regimento Interno dos órgãos de governanç , em seu Capítulo VIII, Art. 15, a Fibra não remunerará seus dirigentes por suas atividades nos órgãos

estatutários, exceto no caso da Diretoria Executiva, cujos membros, com dedicação exclusiva, receberão seus salários no órgão de origem –Itaipu – acrescidos de gratificação de função, equivalente aos níveis de superintendente ou de gerente de departamento.

\* \* \*

**Filipe Fernandes Farias**

Contador – CRC RS 092.685/0  
CPF nº 006.945.820-00

**Andrea Silva Medeiros**

Diretora Superintendente  
CPF nº 033.255.347-75

**Fluvio Ricardo Nascimento**

Diretor Financeiro  
CPF nº 034.949.079-19

**Rogério Machado da Costa Barros**

Diretor de Seguridade  
CPF nº 023.893.679-17

## Parecer Atuarial Do Plano de Benefícios Definido

### 1. Evolução dos custos:

1.1. A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o plano de benefícios da Fibra, utilizando as hipóteses atuariais de 2021 e o cadastro de participantes fornecido pela Fibra, resultou no custo normal total de 29,59%, (excluído o custo administrativo e a contribuição normal de 10% dos aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), que será coberto por contribuições normais totais ajustadas ao referido percentual de 29,59% de forma que, diferente do ano anterior de 2020, não houve necessidade de se realizar a correspondente compensação nas Provisões Matemáticas desse plano, conforme descrito a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	2020		2021	
	Custo Puro Reavaliado	Custo Ajustado à Receita Prevista	Custo Puro Reavaliado	Custo Ajustado à Receita Prevista
Aposentadorias	24,52%	21,33%	24,87%	24,87%
Invalidez	1,00%	0,87%	1,01%	1,01%
Pensão por morte	3,51%	2,97%	3,47%	3,47%
Resgates	0,13%	0,13%	0,10%	0,10%
OUTROS BENEFÍCIOS (Auxílio Reclusão e Funeral)	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Outros benefícios (devolução contribuição designado)	0,07%	0,07%	0,04%	0,04%
OUTROS BENEFÍCIOS (Benef. Esp.Temporário p/Morte)	0,10%	0,10%	0,09%	0,09%
<b>Sub-total - custo normal (1)</b>	<b>29,24%</b>	<b>25,48%</b>	<b>29,59%</b>	<b>29,59%</b>
Suplementar	2,32%	2,32%	2,32%	2,32%
Jóias	0,50%	0,50%	0,47%	0,47%
<b>Sub-total (2)</b>	<b>2,82%</b>	<b>2,82%</b>	<b>2,79%</b>	<b>2,79%</b>
<b>Total (1)+(2)</b>	<b>32,06%</b>	<b>28,30%</b>	<b>32,38%</b>	<b>32,38%</b>
Custo administrativo		*1		*1

\*1 A sobrecarga administrativa, de total responsabilidade patronal, será igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistidos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2021, a idade média dos participantes ativos foi de 41,79 anos, desconsiderando os que constituem os riscos iminentes. Se considerados todos os participantes ativos, essa idade média na avaliação atuarial de 2021 seria de 42,24 anos.

1.2. O custo total reavaliado 32,38% será custeado, no exercício de 2022, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra, tanto para os Participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Referência	Em %	
	2020	2021
Contribuição Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	10,98%	11,09% *1
Contribuição Normal da Patrocinadora *2	15,00%	18,97%
<b>Sub-total</b>	<b>25,98%</b>	<b>30,06%</b>
Custo Suplementar	2,32%	2,32%
<b>Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):</b>	<b>28,30%</b>	<b>32,38%</b>
<b>Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:</b>		
Aposentados	10,00%	10,00%
Pensionistas	0,00%	0,00%

\*1 Inclui a contribuição Normal mais a Joia Atuarial: 10,62% + 0,47% = 11,09%, sendo 0,47% o percentual contributivo médio dos participantes destinado a dar cobertura às Joias Atuarial.

\*2 Não considera a contribuição destinada ao custeio administrativo, de total responsabilidade patronal, de valor igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistidos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

A Contribuição Pura vigente de 30,06% (incluindo os 0,47% correspondentes à Joia Atuarial) da folha do Salário Real de Contribuição (já que 30,06% = 29,59% + 0,47%) cobre exatamente o Custo Normal Puro Reavaliado de 30,06% (ambos sem considerar a sobrecarga administrativa), não sendo necessário aplicar qualquer ajuste no valor da reserva matemática.

Neste contexto, o Plano de Custeio, a vigorar no ano de 2022, baseado na reavaliação atuarial do custo normal do exercício de 2021 indicou que as alíquotas dos Participantes (inclusive os Assistidos) permanecerão dentro

do limite contributivo já definido no Regulamento em vigor com a manutenção das alíquotas das suas contribuições normais vigentes em 31/12/2021 e a alíquota dos Patrocinadores para complementar a cobertura do custo normal reavaliado, será ajustada, a partir de 01/01/2022 para 18,97%, conforme RCA-IB-039/2021 que aumentou o limite máximo da contribuição normal patronal.

## 2. Variação das provisões matemáticas:

2.1. A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) ao final do ano de 2020 e ao final do ano 2021 é a seguinte:

Referência	31/12/2020	31/12/2021	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	3.923.589.803,27	4.348.538.625,82	10,83%
Provisão de Benefícios a Conceder	1.104.328.728,56	1.200.794.785,21	8,74%
Provisão Matemática a Constituir (*1)	-36.763.643,78	-36.609.606,24	-0,42%
<b>Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)</b>	<b>4.991.154.888,05</b>	<b>5.512.723.804,79</b>	<b>10,45%</b>

\*1: A ser amortizada pelo pagamento dos Patrocinadores, da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial, a vigorar durante 480 meses a contar de abr/1988 (restando, portanto, 75 meses a contar, inclusive, de jan/2021, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

## 3 Principais riscos atuariais:

3.1 O Plano apresentou um Déficit Técnico Contábil de R\$(450.225.283,07). Aplicando o Ajuste de Precificação de títulos públicos de R\$338.947.232,00, previsto na Resolução CNPC 30/2018, o Plano passa a ser, sob a ótica atuarial, levemente deficitário em R\$(111.278.051,07), correspondendo esse último valor ao Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano.



3.2 Em relação à hipótese de Taxa Real de Juros, a mesma foi mantida, por recomendação do atuário responsável pelo Plano, em 5,09% a.a., considerando que, com base na Resolução CNPC 30/2018 e nas exigências da Instrução PREVIC nº 33 de 23/10/2020 e da Portaria PREVIC nº 835/2020, para a "Duration" do passivo, calculada no final de 2020, de 14,27% anos, o estudo elaborado pela Mercer estimou a rentabilidade real líquida (TIR) projetada em 5,29% a.a. e considerando, também, que o disposto na Portaria nº 228 de 20/04/2021, que estabelece, em relação ao exercício de 2021, para essa "Duration" de 14,27 anos (ponto 14,5), a adoção de taxa de juros de no mínimo 3,37% a.a. e de taxa de juros no máximo 5,21% a.a. baseadas na taxa de juros parâmetro de 4,81% a.a., (já que a rentabilidade de 5,29% projetada pela Mercer está acima do limite superior intervalo estabelecido por essa Portaria), a Fibra pode utilizar, sem justificativa adicional, uma taxa real de juros / desconto no intervalo entre 3,76% e 5,21% a.a..

3.3 A hipótese de Rotatividade (saída sem direito a Benefício) foi mantida considerando o indicado no estudo apresentado pelo JM/1912/2021 de 07/10/2021, com a adoção da função polinomial do 2º grau, definida pela equação:  
 $Y = 0,0124 - 0,0002 \wedge (X - 18) - 0,000006 \wedge (X - 18)^2$ ;  $X \wedge 40$  anos; e  $Y = 0$ ;  $X > 40$  anos.

3.4 A hipótese de Fator de Capacidade foi mantida em 98,20% (0,9820) considerando o indicado no estudo apresentado pelo JM/1912/2021 de 07/10/2021.

3.5 A hipótese de Tábua Geral de Mortalidade foi mantida na Tábua Geral de Mortalidade / Sobrevivência "q<sub>x</sub> da AT-2012 ponderada (75% masculina e 25% feminina)" considerando o indicado no estudo apresentado pelo JM/1912/2021 de 07/10/2021.

3.6 A hipótese de Composição de Família (a ser utilizada somente em relação aos Participantes Não Assistidos, já que em relação aos Assistidos se utiliza a Família Efetiva) considerando o indicado no estudo apresentado pelo JM/1912/2021 de 07/10/2021.

3.7 Com relação à hipótese de Crescimento Real de Salário, em conformidade com o indicado pelo ARPB que optou pela alteração da hipótese utilizada para projetar o crescimento real salarial dada pela função logística, revisando com base no estudo realizado com os dados de dez/20 que concluiu pela adoção da seguinte nova escala salarial ( $S_x = 1,651911 / [1 + e(2,866525 - 0,053841 \cdot x)]$ ), com  $r_2 = 0,9751$ , onde ( $S_x$ ) é o Salário Médio Ajustado do empregado participante com idade  $x$ .

3.8 Com relação às hipóteses de Tábua de Mortalidade de Inválidos e de Tábua de Entrada em Invalidez foram mantidas as mesmas Tábuas adotadas na Avaliação Atuarial de 2020, ou seja, a Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-83 (masculina) desagradada em 10% e a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT-FRACA considerando o indicado no estudo apresentado pelo JM/1912/2021 de 07/10/2021.

3.9 Tomando por base o Patrimônio de Cobertura do Plano ao final de 2020 e de 2021 (sem o ajuste de precificação de títulos públicos) e utilizando o método da Taxa Interna de Retorno-TIR, a rentabilidade contábil nominal anual líquida das aplicações financeiras deste Plano foi de 12,71%. Considerando a inflação IPCA-IBGE, acumulada de jan a dez/2021, aplicada com um mês de defasagem, de 10,74%, obteve-se uma rentabilidade real de 1,78% ao ano. Considerando a variação do IPCA-IBGE de jan a dez/2021, de 10,06%, sem qualquer defasagem, se obteve uma rentabilidade real de 2,41% ao ano.

3.10 Tomando por base as aplicações financeiras do Plano e utilizando a metodologia do sistema de cotas, a rentabilidade nominal obtida ao longo do ano de 2021 foi de 12,27%. Considerando a inflação IPCA-IBGE, acumulada de jan a dez/2021, aplicado com um mês de defasagem de 10,74%, obteve-se uma rentabilidade real de 1,38% ao ano. Considerando a variação do IPCA-IBGE de jan a dez/2021, de 10,06%, sem qualquer defasagem, se obteve uma rentabilidade real de 2,01% ao ano.

#### 4 Soluções para insuficiência de cobertura:

4.1 A Contribuição Normal Pura (incluindo as joias atuariais) estabelecida no Plano de Custeio Anual a vigorar em 2022 mostra-se plenamente suficiente para dar cobertura ao custo normal, atuarialmente reavaliado, do Plano. Deve-se destacar que, em 31/12/2021, o Plano de Benefício Definido da Fibra apresentava um Déficit Técnico contábil de R\$(450.225.283,07), que considerando o registro de um Ajuste de Precificação Positivo de R\$338.947.232,00, leva a que se verifique a existência nesse Plano de um Equilíbrio Técnico Ajustado (ou seja, de uma pequena Insuficiência Atuarial) de R\$(111.278.051,07), equivalente a apenas 2,02% do total das Provisões Matemáticas de R\$5.512.723.804,79, bem abaixo do limite estabelecido na Resolução CNPC Nº 30 de 01/10/2018, que é de R\$(512.220.730,94) ou seja, igual a 1% vezes [14,38 – 4] do total das Provisões Matemáticas = 10,38% de R\$(512.220.730,94), onde 14,38 é a "Duration" do Passivo do Plano.

#### 5 Qualidade da Base Cadastral:

5.1 Com relação aos valores registrados como: Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, Provisão Matemática a Constituir e Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais de 2021, os regimes atuariais de financiamento apresentados no item 4 da Nota Técnica Atuarial do Plano de Benefícios da Fibra (JM/ 0066/2022 de 11/01/2022) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fibra, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os eventuais ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2021.

#### 6 Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

6.1 Não existe fundo previdencial para este Plano.

#### 7 Variação do resultado:

7.1 Neste contexto, a evolução do Resultado Acumulado (Contábil) de R\$ (284.976) mil apurado em 31/12/2020 para o Resultado Acumulado (Contábil) apurado em 31/12/2021 de R\$ (450.225) mil, estão apresentados a seguir (em R\$ mil):

1	Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2020	R\$ (284.976) mil
2	Atualização do Equilíbrio Técnico de 31/12/2019 para 31/12/2020 pela meta atuarial (c/ defasagem)	R\$ (46.670) mil
3	Aumento das Provisões Matemáticas decorrente de alteração na hipótese de Crescimento Salarial com base em dez/2020	R\$ (52.547) mil
4	Redução das Provisões Matemáticas decorrentes do ajuste das contribuições normais vigentes ao custo normal reavaliado, estabelecido no Plano de Custeio de 2022.	R\$ 115.015 mil
5	Outros Ganhos / (Perdas) Líquidos pulverizados e de origens diversas não registrados anteriormente	R\$ (12.842) mil (*1)
6	Impacto nas Provisões Matemáticas decorrente das situações refletidas nos itens anteriores	R\$ 2.956 mil
7	Diferença entre a Rentabilidade Contábil obtida e a Meta Atuarial do ano de 2021 com IPCA-IBGE com um mês defasado	R\$(134.863) mil
8	Diferença entre utilização do IPCA defasado em um mês para IPCA e sem defasagem de um mês, no cálculo da rentabilidade contábil prevista do ano 2021	R\$ (33.342) mil
9	Diferença entre a Rentabilidade Contábil Obtida e a Meta Atuarial com defasagem do ano de 2021	R\$ (168.205) mil (*2)
10	Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2021	R\$ (450.225) mil (*3)

(\*1) Consiste em desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de final de exercício, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, das principais movimentações da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria, crescimento real de salários e rotatividade), com o que realmente ocorreu no mesmo exercício, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano. Correspondente a apenas (0,23%) do total das Provisões Matemáticas avaliadas, em 31/12/2021, em R\$5.512.724 mil.

(\*2) R\$5.230.703 mil – R\$5.062.499 mil corresponde à diferença entre o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2021 e o valor que teria, então, o Patrimônio de Cobertura do Plano do final de 2021 caso a rentabilidade contábil líquida tivesse sido igual a meta atuarial de rentabilidade do ano de 2021 (ou seja, igual ao IPCA-IBGE com defasagem de 1 mês + taxa real de juros aplicável ao ano de 2020 de 5,09%), sendo que, considerando o Patrimônio de Cobertura do final de 2020 evoluído pela meta atuarial com IPCA-IBGE sem um mês de defasagem + taxa real de juros de 5,09%, a diferença entre a rentabilidade obtida pelo Patrimônio de Cobertura do Plano em 2021 é de : R\$5.197.361 mil – R\$5.062.499 mil = R\$(134.863) mil.

(\*3) O Resultado Contábil, em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$(450.225) mil. Com a aplicação do ajuste na Precificação dos Ativos no valor de R\$338.947 mil, em conformidade com a Resolução CNPC 30/2018, a situação atuarial do Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado), em 31 de dezembro de 2021, está levemente deficitária em R\$(111.278) mil.

**OBSERVAÇÃO:** O Passivo Atuarial deste Plano de Benefícios Definidos é avaliado considerando a evolução do Salário Real de Benefício de um ano para o ano seguinte, ou seja, a média dos últimos 36 Salários Reais de Contribuição no que se refere às parcelas fixas da remuneração e a média dos últimos 120 meses das parcelas variáveis da remuneração, o que apresenta variações, ora para maior, ora para menor, em relação à evolução do Salário Real de Contribuição de um exercício para o exercício subsequente.

## 8 Natureza do resultado:

8.1. O Resultado Contábil Deficitário do Plano de Benefício Definido vigente na Fibra, tomando por base o valor do contabilizado do Patrimônio de Cobertura do Plano de R\$5.062.498.521,72 (\*) e o valor contabilizado das Provisões Matemáticas de R\$5.512.723.804,79, em 31/12/2021, é de R\$(450.225.253,07), e, assim, levando em consideração a aplicação do Ajuste na Precificação dos Ativos de R\$338.947.232,00, em conformidade com a Resolução CNPC 30/2018, a situação atuarial do Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado), em 31/12/2021, apresentava uma pequena Insuficiência Atuarial de R\$(111.278.051,07), equivalente a apenas 2,02% do total das Provisões Matemáticas de R\$5.512.723.804,79, bem abaixo do limite estabelecido na Resolução CNPC Nº 30 de 01/10/2018, que é de

R\$(512.220.730,94) ou seja, igual a 1% vezes [14,38 – 4] do total das Provisões Matemáticas = 10,38% de R\$(512.220.730,94), onde 14,38 é a "Duration" do Passivo do Plano.

8.2. Deve-se destacar também que os Ativos em geral, ao longo de 2021, na conjuntura da pandemia iniciada em 2020, apresentam-se deprimidos em seus valores e em suas rentabilidades, fato que indica que a referida Insuficiência Atuarial é de natureza transitória (ou seja, conjuntural) com significativas expectativas de reversão ao longo dos próximos anos.

(\*) Nesse valor contabilizado do Patrimônio de Cobertura estão incluídos os saldos dos seguintes valores de dívidas da Patrocinadora para com o Plano BD da Fibra: i) R\$22.590.606,00 a ser amortizada no prazo de 14 meses; ii) R\$97.364.468,81 a ser amortizada no prazo de 75 meses e iii) R\$378.351.853,21 a ser amortizada no prazo de 204 meses.

## 9. Soluções para equacionamento de déficit:

9.1. Com base na legislação vigente (em especial, a Resolução CNPC 30/2018), embora, ao final de 2021, o Plano de Benefício Definido da Fibra registrasse uma pequena Insuficiência Atuarial expressa pela existência de um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$(111.278.051,07) dado pela soma do Déficit Técnico Contábil de R\$(450.225.253,07) com o Ajuste de Precificação de R\$338.947.232,00, o fato dos indicativos apontarem ser, tal Insuficiência, de natureza transitória (ou seja, conjuntural) e o fato do seu valor corresponder a apenas 2,02% do total das Provisões Matemáticas de R\$5.512.723.804,79, bem abaixo do limite estabelecido na Resolução CNPC Nº 30 de 01/10/2018, que é de R\$(512.220.730,94) ou seja, igual a 1% vezes [14,38 – 4] do total das Provisões Matemáticas = 10,38% de R\$(512.220.730,94), onde 14,38 é a "Duration" do Passivo do Plano leva a que não haja necessidade de elaborar Plano de Equacionamento de Déficit.

## **10. Adequação dos métodos de financiamento:**

10.1. Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido aberto a novas adesões de participantes, o regime financeiro adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte é o de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado, mostra-se plenamente adequado à legislação vigente.

10.2. Os benefícios de auxílio funeral e devolução de contribuição a designado são avaliados pelo regime financeiro de repartição na versão simples, em conformidade com a legislação vigente.

10.3. Os benefícios de auxílio reclusão e benefício especial temporário por morte são avaliados pelo regime financeiro de repartição na versão capital de cobertura, em conformidade com a legislação vigente.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2022

**José Roberto Montello**  
Atuário MIBA 426

## **PARECER ATUARIAL DO PLANO FAMÍLIA ITAIPU SETORIAL**

### **11. Evolução dos custos:**

11.1. Devido à modalidade de Plano Instituído como Contribuição Definida – não há custo estabelecido para o exercício.

11.2. Para garantia dos Benefícios propostos pelo Plano a contribuição média mensal do Plano verificada em 31/12/2021 corresponde a R\$ 350,33 e o saldo médio de R\$ 14.650,93.

11.3. Não há variação de contribuições em relação ao ano anterior tendo em vista que o Plano iniciou neste exercício.

### **12. Variação das provisões matemáticas:**

12.1. O valor das Provisões Matemáticas total do plano registrada em 31/12/2021 foi de R\$ 6.006.881,80, equivalente ao Patrimônio de Cobertura do Plano.

12.2. Não há variação no valor das Provisões Matemáticas em relação ao ano anterior tendo em vista que o Plano iniciou neste exercício.

### **13. Principais riscos atuariais:**

13.1. Não há risco devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

### **14. Soluções para insuficiência de cobertura:**

14.1. Não há insuficiência no plano devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

## **15. Qualidade da Base Cadastral:**

15.1. Os dados cadastrais dos Participantes fornecidos pela Entidade foram comparados aos parâmetros mínimos e máximos aceitáveis nesta data, sendo após sua consistência, considerados suficientes e completos.

15.2. Eventuais incorreções do banco de dados quando da comparação dos dados a estes parâmetros, em virtude da margem de variação admitida, podem não ter sido identificados, no entanto, permanece sob a responsabilidade da Entidade a manutenção do cadastro fidedigno dos participantes e assistidos.

## **16. Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:**

16.1. Não existe fundo previdencial para este Plano.

## **17. Variação do resultado:**

17.1. Não há resultado superavitário ou deficitário devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

17.2. Na avaliação dos investimentos a rentabilidade da Quota Patrimonial no exercício foi de 4,55%.

## **18. Natureza do resultado:**

18.1. Neste ano, com juros baixos e com o cenário de incertezas provocadas pela crise da pandemia do coronavírus, houve impacto na conjuntura econômica e por consequência nos resultados da aplicação dos investimentos.

## **19. Soluções para equacionamento de déficit:**

19.1. Não há déficit no plano devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

## **20. Adequação dos métodos de financiamento:**

20.1. Não se aplica devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

## **21. Outros Fatos Relevantes**

21.1. O Plano conta com 410 participantes inscritos no Plano ao final de 2021.

21.2. Para o Plano de Custeio a ser aplicado no exercício de 2022, as contribuições vertidas para a formação dos benefícios são de livre escolha do participante, observado o mínimo de uma UP – Unidade Previdenciária do Plano.

21.3. A taxa de carregamento equivale a 0,0747%a.m. aplicada sobre o saldo de conta individual mensal de Participantes e Assistidos.

21.4. O Plano de Custeio estabelecido deve vigorar no exercício de 2022, a partir de 1º de abril, até a determinação da próxima avaliação anual ou, se for o caso, deve ser avaliado e eventualmente modificado pela ocorrência de fato relevante.

Foz do Iguaçu, 31 de janeiro de 2022

**Roberto Carlos Sampaio Silva Júnior**

Atuário MIBA 2803

## **Relatório Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Contábeis**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social, aqui denominados de consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social (DMPS) e do plano de gestão administrativa (DPGA), e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido (DAL), da mutação do ativo líquido (DMAL), do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos de benefícios (DPT) para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela

auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### **Valores correspondentes ao exercício anterior**

O balanço patrimonial consolidado representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social, aqui denominados de consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social (DMPS) e do plano de gestão administrativa (DPGA), e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido (DAL), da mutação do ativo líquido (DMAL), do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos de benefícios (DPT) para o exercício findo nessa data, apresentados para fins comparativos, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalva, datada de 12 de março de 2021.

#### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar

nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e

das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 15 de março de 2022

**Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5**

**Carlos Alexandre Peres Contador CRC 1SP198156/O-7**

### **Parecer Do Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social, no exercício de suas atribuições legais e do inciso II do Art. 35, do Estatuto da Entidade, após exame das Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício de 2021 compostas por: i) Balanço Patrimonial Consolidado ; ii) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL; iii) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada – DMPS; iv) Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL; v) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado – DPGA; vi) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, e, embasados nos pareceres da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviç s Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e na explanação realizada pela auditoria independente PwC - PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., são de opinião que as aludidas peç s contábeis representam adequadamente a posição econ mico-financeira da Fundação, merecendo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Foz do Iguaçu, 09 de març  de 2022.

**Documento assinado eletronicamente pelos membros do Conselho Fiscal:**

**Altivir Cardoso dos Santos**

**Alexandra Dias Mendoza**

**Joao Antonio Cordoni**

**Bruno Genovezzi Motizuki**

### **Parecer Do Conselho Deliberativo**

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social – Fibra, no uso de suas atribuições estatutárias, examinaram durante a 2570 Reunião do colegiado, o Relatório Anual de gestão e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada e por plano de benefícios e Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, e embasados: (i) Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviç s Técnicos em Atuária e Economia Ltda.; (ii) Minuta do Relatório da auditoria externa PwC; e (iii) do Parecer do Conselho Fiscal. Após esclarecimentos e debates deliberou-se pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 26, do Estatuto da Fibra, relativo ao exercício de 2021.

Curitiba, 15 de març  de 2022.

**Documento assinado eletronicamente pelos membros do Conselho Deliberativo:**

**Viviane Aparecida da Silva**

**Victor Hugo Marmelo dos Passos Filho**

**Glauber Pedro Gonç lves da Silva**

**Cláudia Regina Dal Moro Borges**

**Paulo Henrique Guerra Zuchoski**

**Luiz Covello Rossi**



## Despesas Administrativas

DESCRIÇÃO	2021	2020
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>12.148.354</b>	<b>12.886.720</b>
<b>TREINAMENTOS</b>	<b>54.898</b>	<b>62.874</b>
<b>VIAGENS E ESTADIAS</b>	<b>66.940</b>	<b>108.352</b>
<b>SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	<b>3.614.520</b>	<b>3.319.334</b>
<b>CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>419.477</b>	<b>442.137</b>
BLOOMBERG L P	171.926	161.862
ELEVEN SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ANALISE S.A.	23.050	22.317
ECONOMATICA SOFTWARE DE APOIO A INVESTIDORES LTDA	8.474	24.555
LOPES FILHO & ASSOCIADOS CONSULTORES DE INVEST LTDA	-	10.547
ADITUS CONSULTORIAS E SISTEMAS	11.900	-
PARAMITA TECNOLOGIA E CONSULTORIA FINANCEIRA	20.130	-
LUZ ENGENHARIA FINANCEIRA LTDA	75.699	66.962
MERCER HUMAN RESOURCE CONSULTING LTDA.	88.748	148.892
TOWERS WATSON CONSULTORIA	8.750	-
CLINICAS M. H. T. LTDA	-	1.250
TENDENCIAS CONSULTORIA INTEGRADA S/S LTDA	10.800	5.751
<b>AVALIAÇÃO ATUARIAL</b>	<b>199.837</b>	<b>171.959</b>
ATUAPREV CONSULTORIA ATUARIAL LTDA	7.400	7.000
JESSE MONTELLO SERVIÇOS ATUARIAIS	192.437	164.959
<b>CONSULTORIA JURIDICA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS</b>	<b>440.258</b>	<b>366.468</b>
CAVEZZALE ADVOGADOS ASSOCIADOS	212.923	174.813
JUNQUEIRA DE CARVALHO E MURGEL ADVOGADOS ASSOCIADOS	47.930	55.149
KOURY LOPES ADVOGADOS	99.255	115.206
LINHARES E ADVOGADOS ASSOCIADOS	35.500	21.300
VIEIRA, REZENDE E GUERREIRO ADVOGADOS	38.000	-
PFM CONSULTORIAS E SISTEMAS	6.650	-
<b>AUDITORIAS</b>	<b>122.553</b>	<b>117.237</b>
BVQI DO BRASIL SOCIEDADE CERTIFICADORA LTDA	5.911	3.401
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES	116.642	113.836
<b>INFORMÁTICA</b>	<b>1.385.618</b>	<b>1.324.987</b>
LUZ ENGENHARIA FINANCEIRA LTDA	68.500	-
4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	-	15.726
ADOBE SYSTEMS BRASIL LTDA	-	3.480
APPLE DEVELOPER PROGRAM	549	-
CERTSIGN	504	-
CINQ TECHNOLOGIES LTDA	-	143.771
COMODO BRASIL TECNOLOGIA LTDA	6.224	-
COMPWIRE INFORMATICA S/A	1.316	-
ESFERA INFORMATICA EIRELI	178.770	256.583
INGRAM MICRO BRASIL LTDA	22.104	26.000
K2 PARTNERING SOLUTIONS	38.539	-
LINKEDIN CORPORATION	-	372
LANSIP FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA	6.327	5.500

KUMULUS SERVICOS EM CLOUD COMPUTING E DATABASE LTDA	73.320	43.613
MAM LABS SOFTWARE	2.250	-
MAIL CHIMP PRESENTS	3.344	3.014
ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	-	2.229
POSTMAN TEAM	2.609	-
SENIOR SOLUTION	515.217	485.568
SURVEY MONKEY	2.043	-
SAGE BRASIL SOFTWARE S.A.	449	2.583
SOFTXPRT SOFTWARE S.A.	89.656	148.126
TASK SISTEMAS DE COMPUTACAO S/A	1.285	1.034
TASK TI SERVICOS E REPRESENTACAO EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI	53.583	29.365
TRIARH TREINAMENTOS EM RECURSOS HUMANOS	1.000	-
TEAM VIEWER INTERNACIONAL	3.074	1.258
VIGA SERVIÇOS EM INFORMÁTICA EIRELI	-	4.000
WESTCON BRASIL LTDA	314.955	147.048
ZENVIA MOBILE SERVIÇOS DIGITAIS S/A	-	5.719
<b>DEMAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	<b>1.046.776</b>	<b>896.545</b>
<b>DESPESAS GERAIS</b>	<b>831.671</b>	<b>844.940</b>
<b>DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES</b>	<b>264.762</b>	<b>58.337</b>
<b>TRIBUTOS</b>	<b>240.045</b>	<b>393.893</b>
<b>DESPESAS COM FOMENTO*</b>	<b>15.000</b>	<b>205.691</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>17.236.189</b>	<b>17.880.141</b>
*Despesas destinadas ao Fomento do Plano Família Itaipu lançado em 2021.		
<b>CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>DEPÓSITO JUDICIAL - PIS E COFINS**</b>	<b>974.291</b>	<b>742.356</b>
**A partir de março de 2020 a Fibra passou a recolher o Pis e Cofins via depósito judicial, provisionando o saldo devedor como contingência.		

## Despesas Diretas de Investimentos

DESCRIÇÃO	2021	2020
<b>DESPESAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>2.335.455</b>	<b>2.357.172</b>
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS JUDICIAIS - RECUPERAÇÃO DE INVESTIMENTOS	677.480	382.188
IPTU, MANUTENÇÃO E OUTRAS DESPESAS DE IMÓVEIS*	890.851	1.293.855
CUSTÓDIA/CONTROLADORIA	569.768	503.403
SELIC E CETIP	181.394	171.181
TAXA BOVESPA	15.962	6.544

\* A variação se deu em função das obras de manutenção do edifício Parigot de Souza realizadas em 2020.

## Política De Investimentos 2022 – Plano BD

### Meta dos Investimentos: Taxa Mínima Atuarial

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2022 a 12/2022	IPCA	5,09%

### Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	70,00%	92,00%	76,50%
Renda Variável	3,00%	12,50%	10,00%
Estruturado	2,00%	9,00%	4,00%
Exterior	3,00%	9,50%	6,00%
Imobiliário	0,00%	2,50%	1,50%
Operações com Participantes	0,00%	3,00%	2,00%

Como objetivo de melhorar a eficiência da gestão, os limites das carteiras de Renda Variável e Estruturados serão considerados conjuntamente sendo o seu ponto ótimo em 14,00% conforme quadro abaixo:

Segmento	Classe	Mínimo	Ponto ótimo	Máximo
Renda Variável	Ibovespa	5%	14%	21,50%
	Valor			
	Dividendos			
	Small Caps			
Estruturado	Private Equity			
	Multimercados			

No caso de Estruturados o valor máximo a ser aplicado não ultrapassará o limite previsto de 9,00%, mas o limite máximo em Renda Variável poderá ultrapassar 12,50%, desde que somado aos Estruturados este limite seja inferior a 21,50%.

### Índices de Referência (benchmarks)

Segmento	Metas
Renda Fixa	Meta atuarial (IPCA + 5,09%)
Renda Variável	Ibovespa + 1%
Estruturado (Private Equity + Multimercados)	Selic + 2%
Exterior	MSCI World em Reais
Imobiliário	IPCA
Operações com Participantes	IPCA + 5,09%

### Derivativos

A Fibra pode manter posições em mercado derivativos, diretamente ou por meio de fundo de investimento, observando o que estabelece o Art. 30 da Resolução CMN nº 4.661, de 25 mai. 2018.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETO)

Flúvio Ricardo Nascimento - Diretor Financeiro

Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR)

Andréa Silva Medeiros - Diretora Superintendente

O AETO é responsável pela aplicação e constante verificação da conformidade dos investimentos da Fibra com as limitações da Política de Investimentos e da legislação pertinente, tendo suas atribuições definidas no "Regulamento de Investimentos".

O ARGR é responsável por identificar, analisar, avaliar, controlar e monitorar os riscos da carteira de investimentos, tendo suas atribuições definidas no "Regulamento de Riscos e Compliance".

## Política De Investimentos 2022 – Plano Família

A meta de rentabilidade do plano é superar a rentabilidade dos índices de referência (benchmarks) de cada segmento, ponderada pela alocação alvo.

Meta de Rentabilidade do Plano
72% CDI + 8% (Ibovespa +1) +12% (Selic + 2%) + 8% IMSCI World (R\$)

## Alocação dos recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	54,00%	90,00%	72,00%
Renda Variável	6,00%	10,00%	8,00%
Estruturados (Fundos Multimercado)	9,00%	15,00%	12,00%
Exterior	6,00%	10,00%	8,00%
Imobiliário	0,00%	5,00%	9,00%

## Índices de referência (benchmarks)

Segmento	Metas
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa + 1%
Estruturados (Fundos Multimercado)	Selic + 2%
Exterior	MSCI World em Reais
Imobiliário	IFIX

## Controle De Risco

Os procedimentos de avaliação dos riscos de investimentos da Fibra, que utiliza um modelo de risco próprio, estão inclusos no Regulamento de Riscos e Compliance e demais normas internas integrantes do escopo de certificação de qualidade da Fibra, dentro do padrão da ISO-9001. Os critérios para Avaliação dos Riscos estão assim dispostos:

**Risco de Mercado:** Para monitoramento e controle deste risco a Fibra utilizará o modelo de VaR que calcula a perda máxima esperada para os investimentos. Além desta métrica também são utilizados o Benchmark Var (B-Var), risco marginal e testes de estresse;

**Risco de Crédito:** No monitoramento de risco de crédito de ativos financeiros, a Fibra utilizará as avaliações das principais agências avaliadoras e de reconhecida experiência no país: Moody's, S&P e FITCH. Em caso de divergência de avaliação, será considerado o menor rating atribuído;

**Risco de Liquidez:** Para o plano BD da Fibra o limite mínimo de ativos que podem ser liquidados em um dia útil será definido com base no estudo de ALM, realizado, ao menos anualmente, e utilizado como base para a construção da política de investimentos. Para planos na modalidade CD o limite mínimo de ativos que podem ser liquidados em um dia será estabelecido com base nas estimativas das saídas de caixa nos respectivos planos.

**Risco Operacional:** Os riscos que possam ameaçar o cumprimento dos objetivos da Fibra devem ser identificados e gerenciados, por meio de avaliação de impacto versus frequência ou probabilidade de ocorrência, observando os critérios de métricas adotadas;

**Risco Legal:** Este risco será controlado através do Compliance ativo ex-ante, além do acompanhamento dos relatórios mensais de enquadramento. A Fibra pode utilizar parecer jurídico quando necessário;

**Risco Sistemático:** Com a finalidade de acompanhamento, periodicamente são promovidas discussões de cenário macroeconômico, entre os envolvidos nos processos de investimentos e, eventualmente, terceiros contratados.

A Fibra buscará a garantia do equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos de cada um dos seus planos e suas respectivas obrigações. Quando necessário será realizado estudo de ALM e Fronteira Eficiente, contratados junto a especialistas de mercado.

## Resumo Das Informações Sobre O Demonstrativo De Investimentos-Plano De Benefícios BD

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC nº. 13 de 01/10/2004 e Resolução CGPC nº. 32 de 04/12/2019 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, EM ATENDIMENTO AO ART.19 DA RESOLUÇÃO CGPC N.º 13 DE 01/10/2004

O Conselho Fiscal em sua reunião ordinária realizada em 09/03/2022, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Fibra, após exame do Balanço Patrimonial de 2021, e demais demonstrações contábeis, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2021, emitiu parecer que as referidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação.

## 1 Alocação dos recursos da Carteira de investimento

(Inciso IV do Art. 5 da Resolução CNPC nº32 de 04/12/2019)

Composição dos Investimentos	Posição em 2020		Posição em 2021		Limites Política Faixas de alocação			Limites 4.661
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Min	% Max	% Alvo	
Renda Fixa	3.242.553.516	77,98	3.524.046.651	77,23	70	91	74,4	100
Renda Variável	380.848.757	9,16	436.394.529	9,56	3	12,5	10	70
Imobiliário	68.700.508	1,65	66.128.206	1,45	0	3	1,6	20
Operações com Participantes	85.937.379	2,07	90.155.977	1,98	2	3	2	15
Estruturados	261.675.525	6,29	227.883.067	4,99	3	12	9	20
Exterior	118.501.493	2,85	218.465.672	4,79	1	5	3	10
Disponível em caixa	3.818	0,00	71.828	0,00	-	-	-	-
<b>Total das Aplicações</b>	<b>4.158.220.996</b>	<b>100,00</b>	<b>4.563.145.932</b>	<b>100,00</b>	-	-	-	-

## 2 Taxa mínima atuarial e rentabilidades

(Inciso IV e IX do Art. 5 da Resolução CNPC nº32 de 04/12/2019)

Segmento	Benchmark 2020	2020		Benchmark 2021	2021	
		% Rentabilidade	% Benchmark		% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	IMA Composto	11,11% <sup>(1)</sup>	6,81%	IMA Composto	16,40% <sup>(1)</sup>	-4,24%
Renda Variável	Ibovespa +1%	-1,12%	3,94%	Ibovespa +1%	-14,84%	-11,05%
Imobiliário	IPCA+4%	-3,47%	8,70%	IPCA	-0,33%	10,06%
Operações com Participantes	IPCA+8,75%	14,47%	13,66%	IPCA+8,75%	20,76%	19,69%
Estruturados	IHFA	-2,12%	5,51%	IHFA	2,43%	2,12%
Exterior	MSCI World em Reais	43,59%	47,05%	MSCI World em Reais	31,02%	29,01%
<b>Rentabilidade Total</b>	<b>IPCA+5,51%a.a.</b>	<b>10,11%<sup>(2)</sup></b>	<b>10,28%</b>	<b>IPCA+5,09%a.a.</b>	<b>12,27%<sup>(2)</sup></b>	<b>15,66%</b>

(1) Rentabilidade da carteira de renda fixa com ativos marcados a mercado é -8,77%

(2) Rentabilidade geral com ativos marcados a mercado é -6,24%

## 4 Detalhamento dos investimentos

(Inciso IV e IX do Art. 5 da Resolução CNPC nº32 de 04/12/2019)

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR ( R\$)	% APLIC.
<b>TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS</b>		<b>4.556.930.588,97</b>	<b>100,00%</b>
<b>DISPONÍVEL/IMEDIATO</b>	PRÓPRIA	<b>71.828,35</b>	<b>0,00%</b>
<b>A - SEGMENTO DE RENDA FIXA</b>		<b>3.517.831.308,69</b>	<b>77,20%</b>
<b>A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA</b>	PRÓPRIA	<b>3.448.366.414,03</b>	<b>75,67%</b>
<b>1 - TÍTULOS PÚBLICOS</b>		<b>3.448.366.414,03</b>	<b>75,67%</b>
<b>BAIXO RISCO DE CRÉDITO</b>			
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B		3.448.366.414,03	75,67%
NTN - C - Notas do Tesouro Nacional - Série C		-	0,00%
LFT - Letra Financeira do Tesouro		-	0,00%
<b>A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO</b>		<b>75.680.237,26</b>	<b>1,66%</b>
<b>1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA</b>		<b>75.680.237,26</b>	<b>1,66%</b>
BRZ Crédito Privado FIM	TERCEIRIZADA	3.998.185,18	0,09%
AZ Quest Luce FIC FIRF CP LP	TERCEIRIZADA	27.089.605,00	0,59%
Safra Capital Market Premium RF REF DI CP	TERCEIRIZADA	24.196.356,38	0,53%
Santander Renda Fixa CP Crescimento Instituc	TERCEIRIZADA	8.809.887,87	0,19%
Votorantim FI Institucional RF	TERCEIRIZADA	11.586.202,83	0,25%
<b>A3 - EXIGÍVEL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(6.215.342,60)</b>	<b>-0,14%</b>
Honorários Advocatícios		(6.215.342,60)	-0,14%
<b>B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL</b>		<b>436.394.529,02</b>	<b>9,58%</b>
<b>B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS</b>		<b>436.394.529,02</b>	<b>9,58%</b>
ETF Ishares PIBB11	TERCEIRIZADA	49.793.596,40	1,09%
ETF Ishares BOVA11	TERCEIRIZADA	198.514.108,80	4,36%
Brasil 30 Institucional FICFIA	TERCEIRIZADA	13.628.065,34	0,30%
Constellation Institucional FICFIA	TERCEIRIZADA	26.127.218,48	0,57%
Hix Capital Institucional FIA	TERCEIRIZADA	6.595.049,57	0,14%
Indie FIC FIA	TERCEIRIZADA	26.804.097,58	0,59%
Leblon Ações II FIC	TERCEIRIZADA	25.892.342,28	0,57%
Moat Capital FIC FIA	TERCEIRIZADA	28.561.694,23	0,63%
Oceana SEL 30 FICFIA	TERCEIRIZADA	11.667.333,68	0,26%
Truxt I Valor IN FIA	TERCEIRIZADA	15.697.588,93	0,34%
Vokin GBV ACON FICA	TERCEIRIZADA	33.113.433,73	0,73%
<b>C - SEGMENTO DE ESTRUTURADOS</b>		<b>227.883.067,30</b>	<b>5,00%</b>
<b>C1 - QUOTAS DE FUNDOS ESTRUTURADOS</b>		<b>227.883.067,30</b>	<b>5,00%</b>
Empreendedor Brasil FMIEE	TERCEIRIZADA	9.569.757,08	0,21%
FIP Terra Viva	TERCEIRIZADA	1.240,26	0,00%
Ibiuna Hedge FICFIM	TERCEIRIZADA	25.824.676,56	0,57%
Absolute EP AL Global FICFIM	TERCEIRIZADA	31.665.053,46	0,69%
Occam Rent. Absoluta FIC FIM	TERCEIRIZADA	24.524.615,24	0,54%

Navi Long Short FIM	TERCEIRIZADA	22.945.028,82	0,50%
Claritas Long Short FIC FIM	TERCEIRIZADA	31.404.873,50	0,69%
Ória Tech 1 FIP	TERCEIRIZADA	13.194.346,20	0,29%
Kinea Chronos FIM	TERCEIRIZADA	34.173.109,55	0,75%
Logística Brasil FIP	TERCEIRIZADA	5.458.492,35	0,12%
Neo Capital Mezanino FIP	TERCEIRIZADA	2.033.652,79	0,04%
P2 Brasil Infraestrutura III FIC FIP	TERCEIRIZADA	20.949.116,35	0,46%
Pátria Real Estate II	TERCEIRIZADA	2.771.249,91	0,06%
Pátria Special Opportunities I	TERCEIRIZADA	108.549,00	0,00%
BR Energias Renováveis	TERCEIRIZADA	3.259.306,23	0,07%
<b>D - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>		<b>218.465.672,17</b>	<b>4,79%</b>
<b>D1 - QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>		<b>218.465.672,17</b>	<b>4,79%</b>
Access USA C FIA IE	TERCEIRIZADA	13.789.015,98	0,30%
BB AÇÕES GLOB INDEX	TERCEIRIZADA	80.213.967,80	1,76%
Fundo BB Mult Global Select Equity IE FI	TERCEIRIZADA	70.439.189,27	1,55%
Fundo BB Schroder IE FI	TERCEIRIZADA	54.023.499,12	1,19%
<b>E - SEGMENTO DE IMÓVEIS</b>		<b>66.128.206,38</b>	<b>1,45%</b>
<b>E1 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA</b>	PRÓPRIA	<b>66.128.206,38</b>	<b>1,45%</b>
Edifício Governador Parigot de Souza		36.436.000,00	0,80%
7º andar do Edifício Centro Comercial Itália		3.615.591,58	0,08%
9º andar do Edifício Centro Comercial Itália		3.926.536,80	0,09%
10º andar do Edifício Centro Comercial Itália		3.978.352,83	0,09%
11º andar do Edifício Centro Comercial Itália		3.978.352,83	0,09%
24º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.240.731,02	0,09%
25º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.621.103,29	0,10%
26º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.122.631,65	0,11%
Aluguéis a Receber		208.906,38	0,00%
<b>F - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES</b>	PRÓPRIA	<b>90.155.977,06</b>	<b>1,98%</b>
Empréstimos Simples		90.155.977,06	1,98%
(-) Liberação de Empréstimos		-	0,00%

(\*) O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos do patrocinador oriundos da reversão da dação em pagamento dívida da patrocinadora, reversão de salários e serviços passados, no valor de R\$ 498.306.928,03.

### 9 - Informações gerais:

Custodiante:	Banco Bradesco S.A
Responsável pela controladoria:	Banco Bradesco S.A
Responsável pela consolidação:	Banco Bradesco S.A
Responsável pelo controle do risco:	Fundação Itaipu-BR
Responsável pela auditoria de gestão:	PricewaterhouseCoopers Brasil

### 10- Informações do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001

<b>Administrador Qualificado:</b>	Fluvio Ricardo Nascimento Diretor Financeiro da Fibra	Tel: (45) 3132-4004 e-mail: fluvio@fundacaoitaipu.com.br
-----------------------------------	--	---

## 5 Demonstrativo por tipo de gestão- Terceirizada ou própria

(Inciso VII do Art. 5 da Resolução CNPC nº32 de 04/12/2019)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	RENDA VARIÁVEL	%	ESTRUTURADOS	%	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	%	OPERAÇÃO C/ PART.	%	IMÓVEIS	%	TOTAL	% sobre o total
<b>1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA</b>	<b>3.442.222.899,78</b>	<b>97,85%</b>	-	-	-	-	-	-	<b>90.155.977,06</b>	<b>100,00%</b>	<b>66.128.206,38</b>	<b>100,00</b>	<b>3.598.507.083,22</b>	<b>78,97%</b>
<b>2 - GESTÃO TERCEIRIZADA</b>	<b>75.680.237,26</b>	<b>0,02</b>	<b>436.394.529,02</b>	<b>100,00%</b>	<b>227.883.067,30</b>	<b>100,00%</b>	<b>218.465.672,17</b>	<b>100,00%</b>	-	-	-	-	<b>958.423.505,75</b>	<b>21,03%</b>
BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	-	-	198.514.108,80	45,49%	-	-	-	-	-	-	-	-	198.514.108,80	4,36%
Oceana Investimentos ACVM Ltda.	-	-	11.667.333,68	2,67%	-	-	-	-	-	-	-	-	11.667.333,68	0,26%
Banco Itaú-Unibanco S/A	-	-	49.793.596,40	11,41%	-	-	-	-	-	-	-	-	49.793.596,40	1,09%
Truxt Investimentos Ltda	-	-	15.697.588,93	3,60%	-	-	-	-	-	-	-	-	15.697.588,93	0,34%
HIX Investimentos Ltda.	-	-	6.595.049,57	1,51%	-	-	-	-	-	-	-	-	6.595.049,57	0,14%
Indie Capital Investimentos Ltda.	-	-	26.804.097,58	6,14%	-	-	-	-	-	-	-	-	26.804.097,58	0,59%
Moat Capital Gestão de Recursos Ltda.	-	-	28.561.694,23	6,54%	-	-	-	-	-	-	-	-	28.561.694,23	0,63%
VKN Administração de Recursos Ltda.	-	-	33.113.433,73	7,59%	-	-	-	-	-	-	-	-	33.113.433,73	0,73%
Constellation Asset Management	-	-	26.127.218,48	5,99%	-	-	-	-	-	-	-	-	26.127.218,48	0,57%
Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.	-	-	25.892.342,28	5,93%	-	-	-	-	-	-	-	-	25.892.342,28	0,57%
BC Gestão de Recursos Ltda.	-	-	13.628.065,34	3,12%	-	-	-	-	-	-	-	-	13.628.065,34	0,30%
Kinea Investimentos Ltda	-	-	-	-	34.173.109,55	15,00%	-	-	-	-	-	-	34.173.109,55	0,75%
DGF Gestão de Fundos Ltda.	-	-	-	-	1.240,26	0,00%	-	-	-	-	-	-	1.240,26	0,00%
Ória Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	13.194.346,20	5,79%	-	-	-	-	-	-	13.194.346,20	0,29%
Pátria Investimentos Ltda.	-	-	-	-	23.828.915,26	10,46%	-	-	-	-	-	-	23.828.915,26	0,52%
Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	3.259.306,23	1,43%	-	-	-	-	-	-	3.259.306,23	0,07%
NEO Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	2.033.652,79	0,89%	-	-	-	-	-	-	2.033.652,79	0,04%
Claritas Administração de Recursos Ltda.	-	-	-	-	31.404.873,50	13,78%	-	-	-	-	-	-	31.404.873,50	0,69%
Ibiuna Investimentos	-	-	-	-	25.824.676,56	11,33%	-	-	-	-	-	-	25.824.676,56	0,57%
Absolute Gestão de Investimentos Ltda.	-	-	-	-	31.665.053,46	13,90%	-	-	-	-	-	-	31.665.053,46	0,69%
Navi Capital Administradora e gestora de Recursos Financeiros Ltda	-	-	-	-	22.945.028,82	10,07%	-	-	-	-	-	-	22.945.028,82	0,50%
Occam Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	24.524.615,24	10,76%	-	-	-	-	-	-	24.524.615,24	0,54%
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	-	13.789.015,98	6,31%	-	-	-	-	13.789.015,98	0,30%
BB DTVM S/A	-	-	-	-	-	-	204.676.656,19	93,69%	-	-	-	-	204.676.656,19	4,49%
Safra Asset Management LTDA	24.196.356,38	0,69%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.196.356,38	0,53%
BRZ Investimentos Ltda.	3.998.185,18	0,11%	-	-	15.028.249,43	6,59%	-	-	-	-	-	-	19.026.434,61	0,42%
Santander Brasil Gestão de Recursos LTDA	8.809.887,87	0,25%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.809.887,87	0,19%
Votorantim Asset Management S/A	11.586.202,83	0,33%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.586.202,83	0,25%
AZ Quest Invetimentos Ltda.	27.089.605,00	0,77%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.089.605,00	0,59%
<b>TOTAL GERAL</b> <b>(% s/ o total dos investimentos)</b>	<b>3.517.903.137,04</b>	<b>77,20%</b>	<b>436.394.529,02</b>	<b>9,58%</b>	<b>227.883.067,30</b>	<b>5,00%</b>	<b>218.465.672,17</b>	<b>4,79%</b>	<b>90.155.977,06</b>	<b>1,98%</b>	<b>66.128.206,38</b>	<b>1,45%</b>	<b>4.556.930.588,97</b>	<b>100,00%</b>

## 6 Risco de Mercado Médio Mensal (21 dias úteis) – Intervalo de confiança de 95%

VaR - Valor em Risco	2021		2020		% Limite
	Valor R\$ Médio	% do Valor Médio	Valor R\$ Médio	% do Valor Médio	
Segmento Renda Fixa	131.911.144	3,89	199.440.975	6,26	8,00 <sup>(1)</sup>
Segmento Renda Variável	29.561.370	6,95	42.859.174	17,56	20,00 <sup>(1)</sup>
Segmento Estruturado	3.359.135	1,34	66.588.507	2,40	10,00 <sup>(1)</sup>
Segmento Exterior	8.089.927	5,30		6,26	15,00 <sup>(1)</sup>
Carteira Consolidada	154.918.401	3,66	251.615.927	6,71	10,00 <sup>(1)</sup>

(1) Limite definido no Regulamento de Riscos e Compliance aprovado em 2021.

## 7 Risco de Crédito - Percentual em relação à carteira de Investimentos

Segmento de Renda Fixa	2021	2020	% Limite Resolução 4.661
Baixo Risco de Crédito Tesouro	94,42%	96,86%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	5,58%	3,14%	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	-	-	20,00%

## Resumo das informações sobre o demonstrativo de investimentos-plano de gestão administrativa PGA

### 1 Alocação dos recursos da carteira de investimentos

Composição dos Investimentos	Posição em 2020		Posição em 2021		Limites Política Faixas de alocação			Limites 4.661
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Min	% Max	% Alvo	
Renda Fixa	17.669.573,57	99,99	14.559.948,78	99,92	0	100	100	100
Disponível em caixa	1.589,29	0,01	11.935,90	0,08	-	-	-	-
<b>Total das Aplicações</b>	<b>17.671.162,86</b>	<b>100,00</b>	<b>14.571.884,68</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 2 Taxa mínima atuarial e rentabilidades

Segmento	Benchmark 2020	2020		Benchmark 2021	2021	
		% Rentabilidade	% Benchmark		% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	100% CDI	-1,81%	2,77%	100% CDI	6,25%(1)	4,40%

(1) Rentabilidade da carteira de renda fixa não contempla os valores ref. ao Fundo Sul América Exclusive RF DI.

### 3 Detalhamento dos investimentos

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR ( R\$)	% APLIC.
<b>TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PGA</b>		<b>14.621.812,83</b>	<b>100,00%</b>
DISPONÍVEL/IMEDIATO	PRÓPRIA	11.935,90	0,08%
<b>A - SEGMENTO DE RENDA FIXA</b>		<b>14.609.876,93</b>	<b>99,92%</b>
<b>A1 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO</b>		<b>14.609.876,93</b>	<b>99,92%</b>
<b>1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA</b>		<b>14.609.876,93</b>	<b>99,92%</b>
AZ Quest Luce FIC FIRF CP LP	TERCEIRIZADA	5.780.916,50	39,54%
Safra Capital Market Premium RF REF DI CP	TERCEIRIZADA	3.588.639,61	24,54%
Santander Renda Fixa CP Crescimento Institucional LP	TERCEIRIZADA	2.090.561,35	14,30%
Votorantim FI Institucional RF	TERCEIRIZADA	3.099.831,32	21,20%
Sul América Exclusive RF DI	TERCEIRIZADA	49.928,15	0,34%

(\*) A carteira de Renda Fixa do PGA está contemplando o Fundo Sul América Exclusive RF DI, a aplicação neste fundo é referente ao Convênio n° 4500057702 de maio/2020 instrumento particular firmado entre a Fibra e a ITAIPU para construção da nova sede da Fibra em Foz do Iguaçu.

## 4 Demonstrativo por tipo de gestão – terceirizada ou própria

(Inciso VII do Art. 5 da Resolução CNPC n°32 de 04/12/2019)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	TOTAL	% sobre o total
<b>1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA</b>	<b>11.935,90</b>	<b>0,08%</b>	<b>11.935,90</b>	<b>0,08%</b>
<b>2 - GESTÃO TERCEIRIZADA</b>	<b>14.609.876,93</b>	<b>99,92%</b>	<b>14.609.876,93</b>	<b>99,92%</b>
AZ Quest Invetimentos Ltda.	5.780.916,50	39,54%	5.780.916,50	39,54%
Votorantim Asset Management	3.099.831,32	21,20%	3.099.831,32	21,20%
Safra Asset Management LTDA	3.588.639,61	24,54%	3.588.639,61	24,54%
Santander Brasil Gestão de Recursos LTDA	2.090.561,35	14,30%	2.090.561,35	14,30%
Sul América Investimentos	49.928,15	0,34%	49.928,15	0,34%
<b>TOTAL GERAL</b> (% s/ o total dos investimentos)	<b>14.621.812,83</b>	<b>100,00%</b>	<b>14.621.812,83</b>	<b>100,00%</b>

## 5 Risco de Mercado Médio Mensal (21 dias úteis) – Intervalo de confiança de 95%

VaR - Valor em Risco	2021*		2020*		% Limite
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	13.105	0,09	131.573	0,87	1,00(1)

(1) Limite definido no Regulamento de Riscos e Compliance aprovado em 2021.

\* Valor médio no ano

## 6 Risco de Crédito - Percentual em relação à carteira de Investimentos

Segmento de Renda Fixa	2021	2020	% Limite Resolução 4.661
Baixo Risco de Crédito Tesouro	20,45%	59,63%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	79,55%	40,37%	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	0,00%	0,00%	20,00%



## Resumo das informações sobre o demonstrativo de investimentos-plano de gestão administrativa PFS

### 1 Alocação dos recursos da carteira de investimentos

(Inciso IV do Art. 5 da Resolução CNPC nº32 de 04/12/2019)

Composição dos Investimentos	Posição em 2020		Posição em 2021		Limites Política Faixas de alocação			Limites 4.661
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Min	% Max	% Alvo	
Renda Fixa	-	-	4.221.458	70,23	60	80	72	100
Renda Variável	-	-	515.527	8,58	4	12	8	70
Estruturados	-	-	728.468	12,12	11	13	12	20
Exterior	-	-	492.987	8,20	5	10	8	10
Imobiliário	-	-	0	0,00	0	5	0	-
Provisão de Taxas	-	-	-113	0,00	-	-	-	-
Disponível em caixa	-	-	52.646	0,88	-	-	-	-
<b>Total das Aplicações</b>	-	-	<b>6.010.973</b>	<b>100,00</b>	-	-	-	-

### 2 Meta do Plano e rentabilidades

(Inciso IV e IX do Art. 5 da Resolução CNPC nº32 de 04/12/2019)

Segmento	Benchmark 2020	2020		Benchmark 2021	2021	
		% Rentabilidade	% Benchmark		% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	-	-	-	CDI	6,14%	4,35%
Renda Variável	-	-	-	Ibovespa +1%	-16,21%	-15,36%
Estruturados (Fundos Multimercados)	-	-	-	IHFA	3,40%	1,50%
Exterior	-	-	-	MSCI World em Reais	24,85%	22,02%
Imobiliário	-	-	-	IFIX	-	-
<b>Rentabilidade Total</b>	-	-	-	<b>72% CDI + 8% (Ibovespa + 1%) + 12% (Selic + 2% + 8% MSCI World (R\$))</b>	<b>5,32% (1)</b>	<b>3,76%</b>

(1) Rentabilidade Líquida: 4,55% no ano

### 3 Detalhamento dos investimentos

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR ( R\$)	% APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS		6.010.972,96	100,00%
Provisão de Taxas	PRÓPRIA	(112,94)	0,00%
DISPONÍVEL/IMEDIATO	PRÓPRIA	52.645,59	0,88%

<b>A - SEGMENTO DE RENDA FIXA</b>		4.221.458,34	70,23%
<b>A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA</b>	PRÓPRIA	-	0,00%
<b>1 - TÍTULOS PÚBLICOS</b>		-	0,00%
<b>BAIXO RISCO DE CRÉDITO</b>			
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B		-	0,00%
NTN - C - Notas do Tesouro Nacional - Série C		-	0,00%
LFT - Letra Financeira do Tesouro		-	0,00%
<b>2 - TÍTULOS PRIVADOS</b>		-	0,00%
<b>BAIXO RISCO DE CRÉDITO</b>		-	0,00%
1 - Certificado de Depósito Bancário - Pós-Fixado		-	0,00%
		-	0,00%
<b>A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO</b>		4.221.458,34	70,23%
<b>1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA</b>		4.221.458,34	70,23%
AZ Quest Luce FIC FIRF CP LP	TERCEIRIZADA	1.268.112,78	21,10%
Safra Capital Market Premium FIC FI RF	TERCEIRIZADA	1.217.537,17	20,26%
Santander Crescimento Institucional FI RF CP LP	TERCEIRIZADA	590.782,63	9,83%
FI Volorantim Institucional RF CP	TERCEIRIZADA	1.145.025,76	19,05%
<b>2 - QUOTAS DE FIDC</b>		-	0,00%
		-	0,00%
<b>A3 - EXIGÍVEL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>		-	0,00%
Honorários Advocaticios		-	0,00%
<b>B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL</b>		515.526,92	8,58%
<b>B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS</b>		515.526,92	8,58%
ETF Ishares BOVA11	TERCEIRIZADA	254.620,80	4,24%
ETF Ishares PIBB11	TERCEIRIZADA	80.400,07	1,34%
Brasil 30 Inst. FIC FIA	TERCEIRIZADA	3.127,07	0,05%
Hix Capital Inst. FIA	TERCEIRIZADA	16.630,18	0,28%
Indie FIC FIA	TERCEIRIZADA	36.374,21	0,61%
Leblon Ações II FIC	TERCEIRIZADA	19.677,37	0,33%
Truxt I Valor Inst. FIA	TERCEIRIZADA	26.532,29	0,44%
Vokin GBV ACON FICA	TERCEIRIZADA	78.164,93	1,30%
<b>B2 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - EXCLUSIVOS</b>		-	0,00%
	TERCEIRIZADA	-	0,00%
<b>B3 - ALUGUEL DE ETF's</b>		-	0,00%
Valores a receber	TERCEIRIZADA	-	0,00%
<b>C - SEGMENTO DE ESTRUTURADOS</b>		728.468,40	12,12%
<b>C1 - QUOTAS DE FUNDOS ESTRUTURADOS</b>		728.468,40	12,12%
Ibiuna Hedge FICFIM	TERCEIRIZADA	142.913,74	2,38%
Absolute EP AL Global FIC FIM	TERCEIRIZADA	139.155,59	2,32%
Occam Ret. Abs. FIC FIM	TERCEIRIZADA	198.294,15	3,30%
Claritas LS FIC FIM	TERCEIRIZADA	248.104,92	4,13%
<b>D - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>		492.986,65	8,20%
<b>D1 - QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>		492.986,65	8,20%
Acces USA C FIA IE	TERCEIRIZADA	81.673,52	1,36%
Fundo BB Mult Global Select Equity IE FI	TERCEIRIZADA	222.897,41	3,71%
Fundo BB Schroder IE FI	TERCEIRIZADA	188.215,72	3,13%
<b>E - SEGMENTO DE IMÓVEIS</b>		-	0,00%
<b>E1 - FUNDOS IMOBILIÁRIOS</b>	TERCEIRIZADA	-	0,00%
	TERCEIRIZADA	-	0,00%

#### 9 - Informações gerais:

Custodiante:	Banco Bradesco S.A
Responsável pela controladoria:	Banco Bradesco S.A
Responsável pela consolidação:	Banco Bradesco S.A
Responsável pelo controle do risco:	Fundação Itaipu-BR
Responsável pela auditoria de gestão:	PricewaterhouseCoopers Brasil

#### 10- Informações do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109

Administrador Qualificado:	Flúvio Ricardo Nascimento Diretor Financeiro da Fibra	Tel: (45) 3132-4004 e-mail: fluvio@fundacaoitaipu.com.br
----------------------------	--	---

#### 4 Demonstrativo por tipo de gestão – terceirizada ou própria

(Inciso VII do Art. 5 da Resolução CNPC nº32 de 04/12/2019)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	RENDA VARIÁVEL	%	ESTRUTURADOS	%	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	%	IMÓVEIS	%	TOTAL	% sobre o total
<b>1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA</b>	<b>52.532,65</b>	<b>1,23%</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>52.532,65</b>	<b>0,87%</b>
<b>2 - GESTÃO TERCEIRIZADA</b>	<b>4.221.458,34</b>	<b>98,77%</b>	<b>515.526,92</b>	<b>100,00%</b>	<b>728.468,40</b>	<b>100,00%</b>	<b>492.986,65</b>	<b>100,00%</b>	-	-	<b>5.958.440,31</b>	<b>99,13%</b>
BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	-	-	80.400,07	15,60%	-	-	-	-	-	-	80.400,07	1,34%
Banco Itaú-Unibanco S/A	-	-	254.620,80	49,39%	-	-	-	-	-	-	254.620,80	4,24%
HIX Investimentos Ltda.	-	-	16.630,18	3,23%	-	-	-	-	-	-	16.630,18	0,28%
Indie Capital Investimentos Ltda.	-	-	36.374,21	7,06%	-	-	-	-	-	-	36.374,21	0,61%
VKN Administração de Recursos Ltda.	-	-	78.164,93	15,16%	-	-	-	-	-	-	78.164,93	1,30%
Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.	-	-	19.677,37	3,82%	-	-	-	-	-	-	19.677,37	0,33%
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	-	81.873,52	16,61%	-	-	81.873,52	1,36%
BB DTVM S/A	-	-	-	-	-	-	411.113,13	83,39%	-	-	411.113,13	6,84%
BC Gestão de Recursos Ltda.	-	-	3.127,07	0,61%	-	-	-	-	-	-	3.127,07	0,05%
Truxt Investimentos Ltda.	-	-	26.532,29	5,15%	-	-	-	-	-	-	26.532,29	0,44%
Claritas Administração de Recursos Ltda.	-	-	-	-	248.104,92	34,06%	-	-	-	-	248.104,92	4,13%
Ibiuna Investimentos	-	-	-	-	142.913,74	19,62%	-	-	-	-	142.913,74	2,38%
Absolute Gestão de Investimentos Ltda.	-	-	-	-	139.155,59	19,10%	-	-	-	-	139.155,59	2,32%
Occam Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	198.294,15	27,22%	-	-	-	-	198.294,15	3,30%
Safra Asset Management Ltda	1.217.537,17	28,49%	-	-	-	-	-	-	-	-	1.217.537,17	20,26%
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	590.782,63	13,82%	-	-	-	-	-	-	-	-	590.782,63	9,83%
Votorantim Asset Management S/A	1.145.025,76	26,79%	-	-	-	-	-	-	-	-	1.145.025,76	19,05%
AZ Quest Invetimentos Ltda.	1.268.112,78	29,67%	-	-	-	-	-	-	-	-	1.268.112,78	21,10%
<b>TOTAL GERAL (% s/ o total dos investimentos)</b>	<b>4.273.990,99</b>	<b>71,10%</b>	<b>515.526,92</b>	<b>8,58%</b>	<b>728.468,40</b>	<b>12,12%</b>	<b>492.986,65</b>	<b>8,20%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>6.010.972,96</b>	<b>100,00%</b>

## 5 Risco de Mercado Médio Mensal (21 dias úteis) – Intervalo de confiança de 95%

VaR - Valor em Risco	2021		2020		% Limite
	Valor R\$ Médio	% do Valor Médio	Valor R\$ Médio	% do Valor Médio	
Renda Fixa	1.486	0,08%	-	-	1,00 <sup>(1)</sup>
Renda Variável	13.522	5,97%	-	-	20,00 <sup>(1)</sup>
Estruturados	2.715	0,77%	-	-	5,00 <sup>(1)</sup>
Exterior	11.983	5,05%	-	-	15,00 <sup>(1)</sup>
Carteira Consolidada	12.645	0,45%	-	-	3,00 <sup>(1)</sup>

(1) Limite definido no Regulamento de Riscos e Compliance aprovado em 2021.

## 6 Risco de Crédito - Percentual em relação à carteira de Investimentos

Segmento de Renda Fixa	2021	2020	% Limite Resolução 4.661
Baixo Risco de Crédito Tesouro	44,94%	-	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	55,06%	-	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	-	-	20,00%